

===== **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DESCENTRALIZADA DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, REALIZADA NO DIA 29 DE FEVEREIRO DE 2024:** *Aos vinte e nove dias do mês de fevereiro do ano dois mil e vinte e quatro, no edifício da Junta de Freguesia de Palmaz, sito em Avenida Soares Basto, n.º 2300, Palmaz, União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz, reuniu ordinariamente, o Executivo Municipal, sob a Presidência do Senhor **Joaquim Jorge Ferreira**, encontrando-se presentes os/as seguintes Vereadores/as: **Rui Jorge da Silva Luzes Cabral, Inês Dias Lamego, Hélder Martinho Valente Simões, Ana Filipa Pinho de Oliveira, Rogério Miguel Marques Ribeiro, Carla Maria de Pinho Rodrigues, José Domingos Campos da Silva e Joana Sofia da Silva Ferreira.*** =====

===== *Secretariou a presente reunião o Assistente Técnico, Jaime Manuel da Silva Marques.* =====

===== *Depois de todos/as terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião eram 09h e 40m, dando assim início à mesma.* =====

===== **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**=====

===== *Intervenção do **Senhor Presidente** ^(gravação 00:00:03): Muito bom dia a todos e todas. cumprimentar os colegas de executivo, cumprimentar o senhor António Choupeiro, em representação da União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca, os funcionários da autarquia aqui presentes, comunicação social, público e, naturalmente, todos oliveirense e palmacenses que nos acompanham a partir de suas casas. Dando início a esta reunião, que se realiza na freguesia de Palmaz, começar por cumprimentar de forma particular e muito especial as pessoas desta terra com um abraço fraterno de todo o executivo. Dar algumas breves notas, para depois dar oportunidade às vossas intervenções. Uma primeira nota, é uma nota que se prende com a guerra na Ucrânia: Volvidos dois anos desta guerra, expressar em nome de todo executivo, naturalmente forma simbólica, o nosso profundo pesar pelos milhares de vítimas, de ambos os lados, que este sangrento conflito tem provocado. E fazer votos para que a paz impere muito rapidamente sobre a guerra. São esses os votos que nós desejamos a todo o povo ucraniano e ao povo russo. Uma outra nota, um voto de pesar, dar os nossos sentimentos aos familiares do Senhor José da Silva Costa. O Senhor José da Silva Costa é uma figura icónica da nossa corporação de Bombeiros Voluntários de Oliveira De Azeméis, uma figura que prestou relevantes serviços à Proteção Civil Municipal, à população Oliveirense e, naturalmente, distinguir aqui a forma empenhada e a paixão com que ele serviu os nossos bombeiros e serviu a nossa comunidade. Em nome de todo o executivo camarário, apresentar aos seus familiares, amigos e sua família dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis as nossas condolências. Dar nota de alguns eventos que vão acontecer e de outros que estão a decorrer: o Torneio Azeméis Cup - (28 a 30 de março) - é um torneio*

direcionado para os jovens e que junta os jovens em modalidades que são bem representativas do dinamismo desportivo no nosso concelho. Dar nota da apresentação de uma biografia de Ferreira de Castro, aconteceu no dia 17, assinalou os 50 anos da morte de Ferreira de Castro. Primeiro volume de uma biografia. Vamos ter, julgo eu, mais dois ou três volumes. Foi apresentada por um especialista no estudo da vida e obra Ferreira Castro, o Dr. Ricardo Alves. Portanto, em parceria com o Centro Estudos Ferreira de Castro foi apresentado esse primeiro volume da biografia de José Maria Ferreira de Castro. Dar também nota: sobre o 46º aniversário do Rotary Clube de Oliveira de Azeméis. Dar os parabéns e agradecer o trabalho que tem desenvolvido ao longo deste quase meio século em prol da comunidade Oliveirense e dentro da comunidade oliveirense de forma mais direcionada para as pessoas mais carenciadas e mais vulneráveis. Os nossos parabéns à direção do Rotary Clube de Azeméis e a toda a família Rotary. Dar os parabéns ao nosso dinâmico desporto, tivemos um conjunto de factos assinaláveis: Sub-17, em Hóquei Patins, da União Desportiva Oliveirense, foram de novo campeões regionais de Aveiro, julgo que é o tricampeonato; A equipa de natação da União Desportiva Oliveirense, apesar de ser uma modalidade relativamente recente quando comparada com outras modalidades que já têm muitas décadas de existência na União Desportiva Oliveirense no concelho, está a dar passos seguros, passos significativos que se traduzem em resultados interessantes, tiveram oito pódios num torneio que muito recentemente se realizou e Vagos, e têm sempre prestações honrosas que dignificam o desporto oliveirense. Dar também nota que o Cláudio Resende, Núcleo de Atletismo de Cucujães, foi campeão nacional de veteranos para maiores de trinta e cinco anos nos quatrocentos metros de atletismo. Portanto, é um facto que merece destaque. E também muitos outros atletas que conquistaram pódios no Grande Prémio de Atletismo que decorreu Estarreja. Dar também nota: Carolina Ferreira, foi vice-campeã nacional de sub-20 nos sessenta metros barreiras, uma atleta que é da Villa Cesari. Portanto, temos aqui um conjunto vastíssimo de atletas. Tivemos também uma atleta natural de Oliveira de Azeméis, Cátia Azevedo, que acaba também de bater mais uma vez o recorde nacional, dar os parabéns também. Portanto, são muitos parabéns que nós em todas as reuniões temos que endereçar às nossas associações desportivas. Dar também os parabéns à D. Maria Ilídia, uma travanquense, por ter festejado 104 anos. É um feito notável termos esta centenária ainda com muita qualidade a comemorar 104 anos de vida. Portanto, dar os parabéns à D. Maria Ilídia e à sua família. Dar também os parabéns ao grande empresário oliveirense, António da Silva Rodrigues, que fez 82 anos no passado dia 23. E, por último, dizer-vos que: temos um conjunto de obras que, neste momento, estão em fase de arranque. Damos uma nota, com particular preocupação, em relação ao estado da nossa rede viária. Já arrancou, neste momento, uma primeira fase de intervenção, mas que consiste basicamente em fresagens de partes de vias que estão em muito mau estado; Mas, dar-vos nota que, temos um grande procedimento para repavimentação de cerca de sessenta quilómetros de vias, mais de cento e cinquenta vias, que ainda não tem condições para avançar, aliás, ainda não foi sequer submetido a visto de Tribunal de Contas. Para termos a ideia do tempo que estas coisas demoram desde que temos uma adjudicação até termos efetivamente a obra acontecer

no terreno, portanto, ainda vamos ter que esperar algum tempo para termos uma grande frente de pavimentações a acontecer nas várias freguesias do concelho. Estamos também já a preparar mais algumas intervenções em vias, que não foram contempladas neste procedimento inicial, e que, entretanto, face à deterioração que foram sujeitas e aos ramais que foram que foram feitos, necessitam também de uma intervenção mais ou menos profunda. Eram estas notas que eu tinha para vos dar. =====

===== *Intervenção da Senhora Vereadora **Carla Rodrigues** (gravação 00:08:00):* Muito bom dia a todos. Senhor Presidente, caros colegas vereadores, representantes da Junta de Freguesia desta União de Freguesias, colaboradores da autarquia, comunicação social e todas as pessoas que nos acompanham de suas casas. Hoje, estamos em Palmaz. Como eu estava a dizer, nós estamos em Palmaz, estamos na princesa do Caima. E este título que é dada esta freguesia é elucidativo, porque, de facto, é uma freguesia belíssima atravessada pelo o Rio Caima e é uma freguesia peculiar no nosso concelho. É uma freguesia pequena em termos de densidade populacional, temos pouco mais de 2000 habitantes em Palmaz, mas é uma freguesia muito grande em tradições e em beleza natural. Quando falamos de tradições, vem-nos logo à ideia a Aldeia de Vilarinho de São Luís: Aldeia que aprendeu a cuidar de si própria; Uma aldeia recôndita; Uma aldeia afastada também do centro de Palmaz, mas que, como como dizem e bem, aprendeu a cuidar de si própria, tem uma vida própria, tem uma vida muito interessante com uma dinâmica associação que é a Associação das Tradições de Vilarinho de São Luís e, portanto, é um exemplo da preservação das tradições nesta freguesia. Mas temos também as margens do Rio Caima, temos a Capela de São João, a Nossa Senhora do Bom Despacho, a Igreja Matriz, a ponte setecentista. E sem dúvida que Palmaz é o pulmão verde do nosso concelho. Basta nós nos deslocarmos aqui para percebermos esse potencial e para percebermos a beleza natural e paisagística desta freguesia. Mas todas estes predicados que a freguesia de Palmaz tem, infelizmente, não são devidamente potenciados pelo poder central, pelo nosso município, e até pela Junta de Freguesia. Nós viemos cá, esta semana, na terça-feira. Como sempre, fazemos uma visita às freguesias, antes das reuniões descentralizadas. Tivemos oportunidade de visitar alguns pontos da freguesia. Tivemos oportunidade de estar no polo multigeracional. E percebemos, das conversas que tivemos com as pessoas, que há um sentimento um pouco generalizado de que Palmaz é uma freguesia esquecida. É uma freguesia esquecida pelo poder local. É uma freguesia com uma população envelhecida. É uma freguesia que não tem uma farmácia, não tem um multibanco, não tem transportes para o centro da cidade nem para lado nenhum. É uma freguesia sem investimento do município. O último investimento, que aconteceu aqui, de que há memória, foi o alcatroamento da rua que conduz à Aldeia de Vilarinho de São Luís. E está à vista toda a gente o resultado dessa obra. Foi uma obra muito malfeita. Está num estado de degradação que todos conhecemos e isso aconteceu praticamente depois de a obra ser concluída. O estado da pavimentação das ruas: O Senhor Presidente já se antecipou e já falou na sua intervenção inicial. Aqui em Palmaz, não é diferente de muitas freguesias do nosso concelho, de facto, temos um péssimo estado das vias

desta freguesia e, além do péssimo estado do alcatrão das vias, temos também esta situação que é o facto de ser uma freguesia com uma mancha florestal muito grande, temos em muitos pontos da freguesia a vegetação a invadir a rede viária. Isto, obviamente, é falta de manutenção da floresta e traduz-se num perigo grave para a circulação viária e, também, essa vegetação na pavimentação, degrada ainda mais a pavimentação. E, portanto, as limpezas das ruas, as bermas.... Há, de facto, um sentimento de abandono. E também nos deixa muito tristes nós virmos a Palmaz vermos todo este potencial e, vermos, sentir essa tristeza de ver esta freguesia abandonada. Gostaria de lembrar aqui que nós temos em Palmaz, este potencial paisagístico e natural deu origem ao nascimento de um investimento importante para o nosso concelho, o Hotel Vale do Rio. E, como todos sabemos, quando nasceu ali no meio da floresta muitos questionaram a viabilidade daquele investimento, mas a verdade é que é precisamente o facto de estar no meio da floresta que lhe dá uma diferenciação e uma peculiaridade que traz muitas pessoas de fora ao nosso concelho. Há pessoas de longe, pessoas de Lisboa, pessoas do resto país e até do estrangeiro que vêm propositadamente Oliveira de Azeméis e a Palmaz para poderem desfrutar da beleza deste hotel nas margens do Rio Caima. Este hotel é um investimento privado, obviamente, mas é um investimento que valoriza o nosso concelho e que valoriza a freguesia de Palmaz. E o que é que acontece quando as pessoas de fora vêm visitar e permanecer neste equipamento turístico, antes de chegarem ao equipamento ficam também com esta sensação que nós ficamos de tristeza pelos acessos e pela situação em que a freguesia se encontra. A acessibilidade ao hotel, Senhor Presidente, é péssima, desde logo por causa da questão da vegetação, que eu já acabei de dizer, que em muitos pontos invade a via pública e obriga as viaturas a desviarem-se e a correrem perigo, porque são vias de duplo sentido. Depois, não há sinalização adequada que conduza as pessoas para o hotel. Isso deveria também ser analisado, obviamente em parceria com o hotel, mas a autarquia tem todo o interesse em melhorar essa essa acessibilidade. E depois também a questão da iluminação que, as vias que conduzem a este equipamento turístico não tem qualquer iluminação, de noite é assustador circular nas vias de acesso a este a este hotel. Deixar aqui esta chamada de atenção, que, efetivamente merece não só o acesso a este equipamento, mas todas as vias desta freguesia merecem um cuidado especial. Esta freguesia merecia uma atenção especial para nós podermos potenciar esta princesa do Caima em termos turísticos, porque essa é a mais valia desta freguesia, em termos de turismo ambiental, turismo paisagístico, devíamos potenciar o nosso rio, mas isso também vai ser aqui falar pelos meus colegas, e devíamos potenciar esta beleza natural que temos, infelizmente isso não tem acontecido. =====

===== Intervenção do Senhor Vereador **José Campos** (gravação 00:16:30): Bom dia a todos. Senhor Presidente, colegas vereadores, comunicação social, colaboradores da autarquia que nos apoiam nesta reunião, público aqui presente e a todos aqueles que nos veem e ouvem lá em casa. Na sequência da intervenção da minha colega Carla Rodrigues, e falando deste potencial paisagístico que Palmaz tem, eu queria falar novamente de um assunto que tem a ver com o estado de conservação das margens do Rio Caima: Eu digo novamente, porque já há

duas reuniões atrás tive a oportunidade de chamar à atenção para o estado atual em que esta área se encontra, nomeadamente o caminho pedonal, porque fomos alertados por frequentadores dessa área para a necessidade de limpeza e recuperação deste espaço. Ora, estando nós em Palmaz, faz ainda mais sentido aprofundarmos este apelo. De facto, estamos a falar de uma área extremamente atrativa, lindíssima, com um potencial turístico enorme, mas que, parece, sinceramente, estar um pouco deixada para segundo plano. A freguesia e o concelho são quem mais perde por não estarmos a aproveitar as potencialidades das margens do Caima. A própria página da Câmara Municipal na referência que na parte do turismo faz às margens do Caima, é, neste momento, o melhor exemplo disto. Tive a curiosidade de ir consultar: Aquilo que acontece quando entramos na página de turismo, mais especificamente nos locais a visitar - remete-nos, e bem, para as margens do Rio Caima; Depois, é nos induzido, se quisermos mais informações sobre este espaço, a consultarmos um site específico (uma página específica) sobre as margens do Rio Caima. Ora, quando nós o vamos consultar; Está indisponível. Tive a curiosidade de ir um bocadinho mais além e de fazer uma pesquisa on-line por referências em páginas de turismo e promoção territorial sobre os passadiços do Caima - E os comentários e informações que encontrei são, no fundo, unânimes e corroboram aquilo que nós também temos vindo a dizer; São unânimes em considerar os caminhos pedonais do Rio Caima fantásticos; Mas que, claramente, estão a clamar por atenção, por uma recuperação. Vou citar alguns dos comentários feitos por especialistas neste tipo de turismo e por pessoas que tiveram oportunidade de visitar as margens do Rio Caima - alguns comentários são do género: “É um local lindíssimo para caminhar, passear”; Mas aquilo que fica mais à vista nestes comentários é que, depois, as pessoas o que dizem é: “Após mais de uma década passada desde a sua requalificação, o espaço carece de atenção e de obras de manutenção. E que se fica com a sensação de que o espaço poderá estar votado ao abandono. É criticada a inexistência de um percurso pedestre devidamente assinalado. A falta de manutenção dos passadiços. A falta de sinalética para dar informações sobre os trilhos disponíveis.” - Entre outros apontamentos que não vale a pena estar aqui a prolongar. Senhor Presidente, esta é a imagem que nós estamos a transmitir, não é uma imagem positiva, e que seguramente vai no sentido contrário daquilo que se pretende. Portanto, nós não estamos a explorar o potencial do local. E, de facto, na nossa opinião, não estamos a promover esta parte do nosso território com as devidas consequências positivas que daí podiam advir do ponto de vista turístico, do ponto de vista económico, e do ponto de vista de desenvolvimento da freguesia. Isso deve merecer a nossa atenção. =====

*===== Intervenção da Senhora Vereadora **Joana Ferreira** (gravação 00:21:20): Senhor Presidente, muito bom dia. Bom dia a todos os meus colegas aqui presentes, a todos aqueles que aqui estão presentes e hoje aos palmacenses um cumprimento especial. Nós tivemos efetivamente a oportunidade de visitar Palmaz e, claro, um dos locais mais visitados quando nos dirigimos a Palmaz é efetivamente o Polo Multigeracional. Primeiro, porque é uma resposta muito interessante, sobre o ponto de vista de uma oferta à população mais velha e*

depois, porque, no caso específico da freguesia onde nos encontramos, Palmaz, eu diria que é provavelmente a única resposta que estas pessoas têm para diariamente terem aqui algum estímulo, alguma atividade, seja ela cognitiva, social. Mas a verdade é que, visitando este local, e vocês provavelmente sabem isto tão bem quanto eu: isto, é uma resposta típica, portanto, é um centro de convívio. E os centros de convívio, por não serem nada sustentáveis, são muito pouco nosso país. Portanto, esta resposta, em si, foi perdendo alguma força porque, efetivamente, é uma resposta que exige estruturalmente também, e a nível de uma equipa técnica, recursos humanos. Mas a verdade é que o incoming que vem por parte da Segurança Social e mesmo dos próprios utentes, não é de todo o suficiente para o bom funcionamento de uma instituição destas. E se quisermos ser um bocadinho mais criativos, acabamos por não ter financiamento para podermos oferecer mais a esta população mais velha. Estamos a falar de uma resposta que, efetivamente, vai buscar e vai levar as pessoas a sua casa porque, senão elas não tinham hipótese de frequentar este espaço. Visitando este local, e esta informação também está do vosso lado certamente, nós conseguimos perceber em que estado está a infraestrutura deste local. Aliás, eu diria mesmo que, muito provavelmente, ela já começa a colocar em risco algumas pessoas que possam ter alguns problemas respiratórios, porque não me parece que seja um sítio muito seguro para as pessoas mais velhas frequentarem, nomeadamente os problemas de humidade a que nós vemos lá presentes, mofo, o cheiro, tanto na parte de cima logo na entrada, como na parte de baixo. Nós sabemos que, a nível de fundo de maneio desta instituição: Não parece que exista. Porque, para o dia a dia, para as despesas correntes, estou a falar de recursos humanos, das carrinhas, estou a falar de tudo aquilo que é necessário para o seu funcionamento diário, parece-me que já aquilo que é a chamada receita provavelmente não chegará para estas despesas. Portanto, a pergunta que eu coloco aqui é: Se, nós, enquanto Câmara Municipal, estamos atentos a estes detalhes? E se podemos de alguma forma ajudar ou apoiar aqui as pessoas, para que os palmacenses possam ter, principalmente os mais velhos, condições dignas para o seu dia a dia? Ainda falando - e permitam-me - é óbvio que aqui vai para a população em geral -, mas permitam manter aqui na população mais velha que, nós quando cá vimos percebemos, eu pelo menos não passei por nenhum autocarro - também não vem cá todos os dias, mas a verdade é que antigamente existia um serviço, eu não sei se estaria integrado na TUAZ ou se era o serviço SIM, (aquele serviço que vem um dia por semana em determinado horário buscar as pessoas, levam ao centro de Oliveira de Azeméis e depois passadas duas ou três horas torna-as a trazer) - Sei que, pelo menos, em Palmaz, penso que em Ossela também, funcionava dessa forma. A minha questão, neste momento, é: E posso também pegar na questão do TUAZ. E já que estamos em Palmaz, ou seja, se as pessoas não tiverem o meio de transporte público não conseguem ir a outros locais. - A questão que eu trago, Senhor Presidente, é: De que forma é que as pessoas que não têm transporte privado, portanto, o seu meio de transporte, como é que se podem deslocar dentro de Palmaz e mesmo até ao centro de Oliveira de Azeméis, por exemplo, para irem ao mercado; se não tem farmácia, para irem à farmácia; ao centro de saúde, porque não tem extensão de saúde também? =====

===== *Intervenção da Senhora Vereadora **Inês Lamego** (gravação 00:26:10): Muito bom dia a todos e a todas. Naturalmente, em especial, um cumprimento mais caloroso aos habitantes desta freguesia. Eu aproveitava esta oportunidade para vos dar conta e, em simultâneo, penitenciar-me também. Ontem decorreu uma cerimónia muito bonita no TEMA que celebrou os vinte anos de Programa Desportivo Viver Melhor. Tivemos casa cheia. Foi notório. As pessoas tinham também alguma curiosidade para conhecer a casa. Ficaram muito agradadas, porque a sala é bonita e acolhedora. Tivemos também oportunidade de agradecer quem está no programa desde há 20 anos; creio que foram 17 pessoas, uma delas com 102 anos. Agradecemos também às instituições que, no momento em que se foi lançado o projeto-piloto, em 2004, aceitaram o desafio no desconhecido e abriram as portas à entrada de um professor para fazer essa atividade física. Tivemos também oportunidade de entregar alguns kits às IPSS, no âmbito do PAOITI, de material que foi adquirido (desportivo) para que elas tenham o seu próprio material desportivo, bastões, bolas, sacos de areia para fazerem jogos. Eu não se não percebo muito bem, mas que são adequados à idade deles. E, portanto, deixar esta nota de que foi um momento bonito. Tenho contactado com essa realidade e percebo a importância que isto tem para aquela população. Se por acaso há um dia em que os professores não vão dar aulas, é um reboliço, não é? Explicar e substituir. Mas, como dizia, penitenciar-me junto dos colegas de executivo, porque por falha minha, só a mim se deve, não vos dirigi convite. E, portanto, pedir-vos desculpa, por isso. Não foi de todo intencional. Mas deixar o registo e pedir-vos desculpa. Aliás, perceberam que não foi intencional, quando até o meu colega ao lado de gabinete me diz: Isto diz desportivo e eu nem sequer fui convidado. Portanto, perceberão que, não foi mesmo intencional, foi um lapso pelo qual me desculpo convosco também.* =====

===== *Intervenção do **Senhor Presidente** para dar resposta às intervenções anteriores (gravação 00:28:30): Vamos então dar resposta às questões que foram aqui apresentadas. Eu não tenho essa visão que aqui foi traduzida pelos senhores vereadores, de que esta é uma freguesia esquecida. É natural que os diferentes municípios das diferentes freguesias, achem que a sua freguesia que é esquecida, que não é suficientemente valorizada pelo poder local e pelo poder central. Aliás, o sentimento que os próprios concelhos têm em relação à tutela, em múltiplos aspetos. E, portanto, essa é uma visão absolutamente generalista que vale o que vale. O que é um facto é que alguns investimentos têm acontecido nesta freguesia, como tem acontecido em todas. E obviamente que, nós só ouvimos falar das coisas que estão mal, é muito difícil muitas vezes conseguir esboçar se quer o exercício de dizer bem de alguma coisa que tenha sido feita. Lembro-me, por exemplo, de um trabalho feito, pela Junta de freguesia, pela União de Freguesias e também para a Câmara Municipal, na capela mortuária; Lembro, por exemplo, o investimento substancial de centenas de milhares de euros que está a ser feita na ampliação da escola de Palmaz, que está concluída; Lembro-me do asfaltamento da Rua 30 de Agosto; Lembro-me, por exemplo, das questões importantíssimas que nunca tinham sido sequer esboçadas ou ensaiadas de investimentos consideráveis na rede de saneamento nesta freguesia;*

Lembro a ligação à Aldeia de Vilarinho de São Luís; Há um conjunto vasto de investimentos que foram feitos e que devem ser valorizados pelas pessoas. Mas, percebo que muitas vezes esse exercício não é fácil, esse exercício é talvez porventura o mais difícil quando nós temos uma terminada perspetiva e uma determinada visão sobre as coisas. Aliás, que não é também a visão de quem nos visita. Porque, objetivamente, o que tem acontecido nos últimos nos últimos dois ou três anos, é que, cresceram o número de visitantes, número de dormidas em cerca de 150%, 160%, 170%, ao ano. Portanto, estamos a ter aumentos substanciais do número de pessoas que procuram o nosso concelho. É evidente que, o incremento de todas as dormidas não diz exclusivamente respeito às questões de natureza turística, há pessoas que procuram o nosso território, felizmente, pelos mais variados motivos. Mas o que é um facto é que, um território que apresenta todas estas fragilidades, um território onde as pessoas levam um sentimento e uma visão de abandono, tem tido cada vez mais procura. Nunca foi escondido. nunca foi ocultado, nunca foi sequer diminuído ou minorizado o problema que nós temos, neste momento, com a conservação das vias ou com a limpeza da vegetação numa freguesia com esta extensão, com esta densidade de património florestal. Um concelho que é o quarto concelho com maior área na Área Metropolitana do Porto. Sendo essa uma obrigação das juntas de freguesia, transferindo a Câmara Municipal mensalmente verbas para a limpeza das vias e para a limpeza da vegetação. A Câmara compreende bem as dificuldades que as nossas juntas de freguesia, todas sem exceção, particularmente aquelas que tem este acervo florestal, têm em manter nas melhores condições as bermas das estradas. Mas fazem um trabalho que eu tenho aqui que agradecer, um trabalho que eu tenho aqui que sublinhar. Acho que nós temos feito um bom trabalho também nesse domínio. Um trabalho que, naturalmente, vamos melhorando ano após ano, mas que está muito longe de termos essa visão trágica de abandono, um sentimento que acaba por extravasar até as próprias populações e chega aos nossos visitantes que vem das mais variadas origens. Foram tecidas aqui um conjunto de considerações sobre a importância das vias da freguesia que merecem cuidado especial. As vias do concelho, todas elas, merecem-nos um cuidado especial. Nós não particularizamos as necessidades. As nossas preocupações não são circunscritas, são preocupações transversais, generalizadas, e por isso é que, nós percebendo esta fragilidade que tínhamos nesta escola, resolvemos fazer um investimento substancial nesta escola. E, portanto, o que eu vos quero dizer é que estamos atentos. Sabemos que a iluminação pública para o hotel é deficiente. Mas primeiro estamos preocupados com iluminação pública que é deficiente em muitas zonas desta freguesia e do nosso concelho. Há pessoas que chegam a suas casas diariamente às escuras. Há pessoas que trabalham por turnos e que chegam durante a noite a casa, diariamente, às escuras. Temos uma sinalética que precisa de ser melhorada, generalizadamente, em todas as freguesias do nosso concelho. Temos, felizmente, e sublinho - felizmente, consciência das nossas fragilidades e não as ocultamos. Porque não o devemos fazer. As pessoas merecem-nos essa honestidade. E, portanto, estamos aqui para reconhecer o que está mal, mas estamos aqui, sobretudo, para, reconhecendo que está mal, fazermos tudo o que estiver ao nosso alcance para corrigir. E por isso nós nunca escondemos que a cultura e o turismo são duas das fragilidades que nós temos

nosso concelho. Não houve tempo ainda para iniciar um caminho forte, um caminho determinado. Podemos fazê-lo até talvez com a aplicação de uma taxa turística, que hoje talvez faça sentido, e esses recursos possam eventualmente serem completamente direcionados para a promoção do turismo nosso concelho. Mas, o caminho do turismo no nosso concelho, é um caminho que tem que ser feito em várias dimensões; Estes ativos todos que nós temos nesta freguesia e noutras freguesias do nosso concelho que têm características muito parecidas com a freguesia de Palmaz, ou seja, tem um grande património ambiental florestal, mas não tem efetivamente uma dinâmica económica forte, alicerçada num comércio forte, numa indústria, até em serviços fortes... É evidente que, aquilo que nós temos como via para dinamizar, para desenvolver estes territórios, seja com investimento público direto, seja com investimento privados, como vai acontecer muito brevemente também com um grande investimento desportivo que se vai realizar nesta freguesia, para o qual a Câmara Municipal tem desde a primeira hora estado envolvida, - mas dizia eu que - isso passa por muitas coisas, passa efetivamente por muitas coisas. O senhor vereador José Campos disse e bem, que nós temos que olhar para as margens do Caima não as situando exclusivamente nas imediações do hotel. Aliás, foi feita uma fortíssima intervenção o ano passado nas margens do Caima. Não sei se recordam que, desde que foram inauguradas, todos os anos estiveram num estado de completa degradação. E todos os anos têm sido feitas intervenções substanciais, como vai acontecer este ano, porque as guardas estão constantemente partidas, as árvores caem sobre as guardas, temos a ponte danificada, temos os caminhos a precisarem de serem restabelecidos. Agora, sejamos justos, em relação ao trabalho que tem sido feito neste domínio: Efetivamente tem sido feito um investimento muito importante, muito substancial, naquilo que é o turismo de natureza: E demonstram-no: os percursos de grande rota; o padel, precisamente aqui no Rio Caima; a canoagem; as vias de escalada que foram recentemente inauguradas na Pedra Má, os múltiplos trilhos que nós temos implementados e que vão traduzir-se num trilho de grande rota, com cerca de 100 quilómetros, que vai percorrer todo o nosso concelho e potenciá-lo turisticamente; a atenção que nós temos que necessariamente dar aos nossos ativos culturais, mais concretamente, Frei Caetano Brandão, José Maria Ferreira de Castro. Portanto, é muito importante o Centro Interpretativo Ferreira de Castro, é muito importante o Núcleo Castreano que está a ser promovido, porque induzirá também dinâmicas importantes na freguesia de Palmaz. Porque a freguesia do Ossela, apesar de ter algumas respostas ao nível do alojamento, sobretudo alojamento local, terá necessidade de ter, se houver um boom turístico, se houver uma procura reforçada por parte de visitantes, precisará de encontrar no Hotel Vale do Rio também respostas ao nível do alojamento. Mas, convenhamos, é muito importante que respostas como a praia fluvial do Pedregulhal, que também dinamizará esta freguesia e poderá dar origem também outros apontamentos. Temos uma candidatura ADRITEM aprovada com cerca de 200.000,00€ para o Parque Bento Carqueja. Uma associação local está envolvida nessa candidatura. Infelizmente não houve ainda possibilidade, capacidade, para a alavancar. Mas seria também um investimento importante para requalificar uma zona desta freguesia que no passado já desenvolveu respostas de lazer e de recreio, de reunião das famílias

palmacenses. É evidente que há aqui um aspeto que é transversal a tudo isto. E um aspeto que é transversal a tudo isto, é nós não podermos ainda, sobretudo nesta parte do rio a seguir à ETAR de Ossela, potenciar este rio turisticamente. Portanto, nós não temos condições de qualidade dos efluentes que são lançados no rio, para potenciar turisticamente toda esta região. E isto quer dizer o quê? Quer dizer que, nós temos que efetivamente dar passos firmes, passos significativos, no sentido de requalificarmos as nossas ETAR, para que os nossos rios (rio Ul, o rio Antuã, o rio Caima), possam ser rios, possam ser ativos turísticos importantes que em torno dos quais possam ser trabalhadas um conjunto de respostas. É esse caminho que se está a procurar fazer. Nalguns casos, por responsabilidade direta da Câmara Municipal. Assumimos aqui essa responsabilidade. Por outro lado, dependemos de outros para que alguns desses problemas tenham resposta, tenham solução. O caminho é exatamente esse. Eu também leio os comentários dos turistas. Vejo que há comentários de turistas que são negativos. É quase como quando os selecionamos um restaurante ou um alojamento: temos um conjunto de comentários que são absolutamente fabulosos coisas de outro mundo; E depois um outro comentário que trata essas respostas como respostas absolutamente trágicas. Aqui, nos comentários turistas, é exatamente a mesma coisa: Temos comentários de pessoas que dizem que, ficaram absolutamente maravilhadas com os nossos trilhos, ficaram absolutamente surpreendidas com a nossa paisagem luxuriante, é uma experiência que querem repetir, querem voltar ao território; E temos também pessoas que, legitimamente, reclamam a necessidade de conservação de um ou de outro percurso, de um ou de outro aspeto. Que reconhecemos, faz sentido, enfim, que seja dedicada mais atenção. Portanto, sublinhar aqui que, o turismo - quero reforçar isto outra vez, para vocês perceberem como há visões antagónicas sobre as coisas, mas que há sobretudo um enorme realismo em relação ao diagnóstico da situação - o turismo no nosso concelho ainda não foi devidamente potenciado, como aconteceu já noutros concelhos. Eu não estou com isto a dizer rigorosamente nada, nem estou a procurar assacar responsabilidades no passado ou no presente. O que eu estou a dizer é que, da mesma forma que nós potenciamos o nosso concelho em termos desportivos, em termos económicos, ou em termos sociais, há uma ou outra fragilidade e esta do caminho, que é preciso fazer no domínio da cultura, no domínio do turismo, foram identificados como dois aspetos, que ainda precisam de recursos financeiros substanciais para que o nosso concelho traga também esta dimensão turística para as respostas que consegue oferecer num quadro de competição e num quadro de afirmação no contexto regional e no contexto nacional. Em relação à intervenção da Joana Ferreira sobre o Pólo Multigeracional: Vamos tentar perceber que condições são essas que coloco em causa a saúde e até segurança dos utentes para procurarmos colaborar, como sempre fazemos com todas IPSS. A receita não chega: A receita não chega na Câmara Municipal, não chega nas nossas associações, nas nossas coletividades, não chega nas nossas juntas de freguesia, e também não chega nas nossas casas, não é? Por isso é que as pessoas recorrem aos empréstimos bancários. O que nós procuramos fazer é estar presentes quando as instituições precisam de alguns investimentos, precisam de melhorias nas suas instalações, precisam de fazer investimentos para os quais não estão preparadas.

Estaremos, naturalmente, sempre disponíveis, como sempre estivemos e estamos. Por isso é que diariamente, nesta reunião, em todas as reuniões, aprovamos apoios ao nosso movimento associativo, às nossas IPSS, etc. Esta freguesia também tem outra coisa que nós todos identificamos, não é preciso nenhum exercício mental apurado para percebermos que o nosso concelho, como outros também, algumas dificuldades ao nível da mobilidade, ao nível do sistema de transportes. Agora, dizer que nesta freguesia não há transportes! É uma afirmação que não corresponde à verdade. Porque temos transportes aqui, para o Pinheiro da Bemposta, temos transportes para Oliveira de Azeméis. E estamos também a preparar uma solução de transportes, a pedido, serão entregues ainda este ano às freguesias do nosso concelho doze viaturas novas, que foram adquiridas pela Câmara Municipal, para poderem socorrer ou, de certa forma, até procurar repescar essa resposta de SIM que durou poucos meses e teve muito pouco eficácia, não resultou, não funcionou e, portanto, foi, digamos, algo que foi implementado, mas que rapidamente foi abandonado, não teve efetivamente grande sucesso. Restam, infelizmente, desse serviço, algumas placas e pouco mais que também devem ser removidas. Mas, basicamente, não foi uma aposta ganha. Agora, é evidente que, nós temos esse problema ao nível da mobilidade. Sabemos que é muito difícil, por vezes, assegurar já as pendularidades que são necessárias no interior das freguesias. Mais difícil se torna assegurar as pendularidades entre esta freguesia e as freguesias da mesma união de freguesias ou até freguesias vizinhas. Por isso é que é importante nós olharmos para o Pólo Multigeracional; É importante olharmos para este edifício; É importante olharmos para esta escola; É importante olharmos para o complexo desportivo: para procurar que as respostas sejam o mais possível de proximidade e que as pessoas quando têm se necessidade de se deslocar a outros serviços públicos tenham asseguradas, com a colaboração das juntas de freguesia, com a colaboração também do nosso movimento associativo, a possibilidade de se deslocarem até lá. Essa é uma das vias. Existem outras alternativas, mas que são tremendamente complexas num território tão distante da sede do concelho e num território, de certa forma, também é muito extenso e muito complexo orograficamente. Portanto, reconhecer também essa dificuldade. Estamos a procurar atenuá-la. A Câmara, para além das doze carrinhas, comprou mais nove carrinhas. Que vai procurar com este tipo de respostas ajudar a reforçar alguma das fragilidades de mobilidade que nós temos, convenhamos. Também nunca as escondemos. Esperamos também que este complexo processo da Empresa Metropolitana de Transportes e desse sistema de transportes metropolitano comece aos poucos a consolidar. Para que nós também tenhamos a possibilidade de afinar mais uma outra frequência, de assinar mais uma outra linha que se justifique. Como vocês compreendem, não é financeiramente viável, termos linhas que são utilizadas por duas ou três pessoas. Não é possível assegurar um sistema de transportes com este tipo de premissas. Mas, naturalmente que sentimos estas fragilidades, contribuindo de certa forma também para um sentimento de isolamento que muitas vezes as populações destas freguesias extensas, grandes como é esta, afastadas da sede do concelho, sentem. Estamos a procurar resolver este problema. Vamos procurar também, com a União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca, tentar assegurar uma fórmula para que, em

determinados dias, tenhamos assegurada uma resposta de mobilidade que permita - claro, essa resposta de mobilidade terá que ser desenhado em primeiro lugar, pelos locais, pela autarquia local que conhece melhor do que ninguém as necessidades que é preciso satisfazer e, a partir daí, procurar iniciar um caminho que atenuie estes problemas que sabemos que existem. Existem, sobretudo numa população envelhecida que não tem - como a Joana disse e bem - muitas vezes, meio próprio para se deslocar ou até já não tem idade para utilizar esse meio próprio e, depois, têm filhos que têm as suas vidas os seus trabalhos e não podem ajudá-los muitas vezes nessas respostas. E aqui é feito um trabalho extraordinário juntos dos nossos seniores. Portanto, sublinhar esse trabalho. Porque isso é o que eu acho mais positivo nas nossas intervenções. Eu percebo que há um problema nas instalações, como existe em muitas outras instalações. Temos que estar atentos. Temos que procurar arranjar uma forma de as resolver. Mas também é importante que se sublinhe o trabalho extraordinário que tem sido feito naquele Pólo Multigeracional, muito graças à D.ª Antonieta Sobral que foi efetivamente uma das grandes protagonistas, ela e a sua equipa, para potenciar esta resposta, para a alimentar durante anos e para garantir que ela hoje exista. É uma resposta incontornável e fundamental para esse segmento da população. Não há rigorosamente nada a dizer sobre isso. Em boa hora, também, ela teve uma homenagem por parte de um seu antigo aluno. E nós estamos fortemente empenhados também em criar mais uma resposta na freguesia de Palmaz que é uma estrutura em torno do monumento escultórico que foi inaugurado, uma estrutura de recreio e lazer que sirva vários segmentos da nossa população. Reconhecemos que, estas freguesias precisam de muito apoio, precisam de muita atenção, precisam de muito investimento. Estamos a procurar fazê-lo. Iremos continuar a fazê-lo. Porque nós entendemos que os palmacenses são parte integrante de um todo. Um todo que nós queremos que seja mais coeso e mais homogéneo possível. Efetivamente, estas freguesias, historicamente, têm tido alguma ausência de investimento público. Talvez justificada, não sei? Talvez por aquilo que a Carla começou por dizer no princípio: pelo facto serem territórios muito extensos e com muito pouca densidade populacional. E quando são territórios muito extensos e com muita densidade populacional, os investimentos públicos para satisfazer este conjunto de pessoas são muito avultados. E, portanto, muitas vezes são renegados para segundo plano. Isso, eu acho que é errado. E acho que não deve ser uma prática que nós mantenhamos no futuro. Aconteceu recentemente em Ossela, outra freguesia com estas características, onde fizemos investimentos fortíssimos na rede viária, onde fizemos investimentos fortíssimos na rede de saneamento, porquê? Precisamente, porque temos uma perspetiva de que os palmacenses, são tão oliveirenses como qualquer outro habitante de qualquer outra freguesia, merecem-nos toda a consideração e respeito. É isso que nós vamos continuar a fazer: é a considerá-los e a respeitá-los através da nossa ação, percebendo e respeitando também que os palmacenses, como outros fregueses do nosso concelho, se sintam abandonados pelo poder local e pelo poder central. Esse é o sentimento que nós, de uma forma geral, temos em relação a quem nos governa. Nessa perspetiva, não vejo nada de novo. Vejo sim, é uma genuína preocupação com os problemas destas populações e uma forte determinação em procurá-los. =====

=====*Intervenção da Senhora Vereadora **Carla Rodrigues** (gravação 00:48:35): Só dizer, em relação à resposta do Senhor Presidente, que qualificou a nossa intervenção como uma visão generalista sobre as coisas. Esta não é a visão dos Vereadores do PSD, esta é a visão das pessoas com quem nós contactámos e dos palmacenses. Nós contactámos com muitas pessoas, viemos cá, falámos e, portanto, estamos aqui a ser porta-vozes deste sentimento. E, portanto, o Senhor Presidente agora avalia esse sentimento dos palmacenses como entender. Em relação ao investimento na Capela Mortuária, nós não o referimos deliberadamente. Não foi por nos termos esquecido deste investimento. É que, efetivamente, esta obra é uma obra, como o Senhor Presidente sabe, que gera aqui alguma divisão e alguma polémica em Palmaz. Há palmacenses que defendiam muito a construção desta capela e há outros que não defendiam nada a construção desta capela e que eram contra. Nós sabemos que foi um grande investimento. Mas também sabemos que ela está completamente subaproveitada, neste momento não está a ser utilizada sequer. Não nos vamos imiscuir neste problema que divide os palmacenses, mas não referimos este investimento precisamente por isso. E, portanto, é um investimento que foi feito e que não está a ter qualquer utilidade. E isto nos deve levar a refletir para que, doravante, investimentos desta envergadura possam ser melhor pensados. Porque se não têm utilidade, se não estão a ser utilizados, devem ser melhor pensados. Quanto a isto não nos vamos alongar. E gostaríamos de trazer então outras questões, além da situação de Palmaz, porque há outros assuntos que merecem a nossa atenção. Eu gostaria de obter do Senhor Presidente respostas sobre o problema do Jardim de Infância de Nogueira do Cravo. Como o Senhor Presidente saberá, amanhã, vai realizar-se em Nogueira do Cravo uma Assembleia de Freguesia Extraordinária pedida pelos pais das crianças que frequentam este Jardim de Infância, que depois os Membros da Assembleia do PSD formalizaram esse pedido, mas a iniciativa partiu dos pais e da população. Porquê? Senhor Presidente, nós andamos aqui durante algum tempo a falar do JI de Nogueira do Cravo, inclusive veio a uma Reunião de Câmara uma representante da Associação de Pais trazendo esse problema, essa questão. O Senhor Presidente foi claro, disse que estávamos a investir no equipamento da Feira dos 27 e que iríamos transferir para lá as crianças para podermos depois fazer as obras necessárias e urgentes no JI de Nogueira do Cravo. Foi com essa convicção que saiu da nossa reunião a representante dos pais e transmitiu essa convicção aos pais. Quando esperavam que efetivamente essas obras começassem a ser realizadas foram confrontadas com uma notícia de que a Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo se prepara para, ou vender, ou alugar o equipamento à Santa Casa da Misericórdia de São João da Madeira e que as crianças serão transferidas definitivamente para a Escola da Feira dos 27. Sabemos também que, isto provoca constrangimentos na própria Escola Maria Godinho, porque sabemos que é deste JI que as crianças são drenadas para a Escola Primária Maria Godinho. A questão que nós queremos levantar é: o que é que se passa com este Jardim de Infância? Considerando o compromisso que o Senhor Presidente assumiu em reunião de câmara perante a representante da associação de pais: se efetivamente este Jardim de Infância vai ser transferido para outra entidade? Fala-*

se também de a possibilidade da Casa das Associações seguir o mesmo rumo. Ora, nós sabemos bem que este equipamento é da Freguesia, mas não é da Junta de Freguesia, este equipamento é dos nogueirenses. Estes equipamentos. Até porque foram construídos também com verbas angariadas pelos nogueirenses. E, portanto, os nogueirenses têm uma palavra a dizer sobre o destino que é dado a estes equipamentos, que é deles, não é da Junta, é deles. Esperemos que na Assembleia que se vai realizar amanhã isto seja discutido, porque pela divulgação que está a ter os nogueirenses vão estar lá presentes e vão poder discutir. Sabemos que a Câmara Municipal tem uma palavra a dizer. Isto é um equipamento de ensino. É um equipamento importante. E, perante os compromissos que o Senhor Presidente assumiu em reunião de câmara, o que é que tem a dizer sobre estes desenvolvimentos que surgiram? E que resposta tem a dar, sobretudo aos pais destas crianças e aos nogueirenses, em termos gerais? Outra questão que nós queremos também aqui levantar tem a ver com o IC2: O Senhor Presidente, em reunião de câmara do dia 11 de maio do ano passado, disse-nos - está registado em ata - que: Estava a tentar agendar uma reunião com as Infraestruturas de Portugal. Queria que viessem cá os representantes das infraestruturas para visitar alguns locais. E que tinha vários assuntos a tratar com esses responsáveis. Nós queremos perguntar: se essa reunião e essa visita de facto se realizou? Não tivemos conhecimento dela. E o resultado dessa visita? Até porque que sabemos que das questões que o Senhor Presidente teria a tratar com os responsáveis das Infraestruturas, uma delas terá a ver com a requalificação do IC2 e com os pontos negros de sinistralidade do IC2 que, na última Reunião de Câmara, o Senhor Presidente nos informou que, tanto quanto sabe, não vai haver qualquer intervenção. Nós sabíamos que essa intervenção estava prevista, até porque houve um projeto de resolução na Assembleia da República para pedir ao Governo a intervenção urgente neste troço. O Partido Socialista, inclusive o deputado oliveirense do Partido Socialista, não votaram favoravelmente este projeto de resolução dizendo que: estas obras estavam previstas, estavam calendarizadas, estavam confirmadas pelas Infraestruturas de Portugal e, portanto, se iam realizar e que este projeto de resolução era inútil. Ora, face a isto, eu pergunto-lhe, Senhor Presidente: o que é que se passou, entretanto, para ser abandonado e, como o Senhor Presidente disse na última reunião de câmara ter conhecimento, de que nenhuma intervenção nos próximos tempos iria ser realizada. Outra questão que se prende com o IC2 tem a ver com a rotunda no Pinheiro da Bemposta, que nós não fomos informados da resposta da IP pelo Senhor Presidente. Vimos na comunicação social que o Senhor Presidente se deslocou ao local para dar uma conferência de imprensa e dizer que a resposta da IP foi negativa. E nós queríamos informações sobre isso: saber porque é que a resposta das Infraestruturas de Portugal foi negativa? Quais foram os argumentos? E o que é que a Câmara Municipal vai fazer a seguir, em relação a esta resposta negativa às pretensões das populações, que é uma pretensão, não só de do Pinheiro da Bemposta, mas do Município? Para finalizar, antes de passar a palavra também aos meus aos meus colegas, associarmo-nos ao voto de pesar pelo falecimento do bombeiro, José Costa. Dizer que, em boa hora, o ano passado, o Rotary Clube de Oliveira de Azeméis teve oportunidade de o homenagear numa homenagem muito bonita, muito sentida e, sobretudo,

muito emocionante para ele e para a sua família. Foi um momento de valorização daquilo que foi o trabalho de dedicação ao bombeiro José Costa e, obviamente, nos associamos a este voto de pesar endereçando à sua família os nossos mais sentidos pêsames. =====

*===== Intervenção do Senhor Vereador **José Campos** (gravação 00:57:55): Só mais uma questão, tem a ver com o Programa de Incentivo ao Empreendedorismo Jovem e à Criação do Próprio Emprego. Senhor Presidente, penso não estar enganado, mas se estiver enganado peço que me corrija, mas penso que foi em outubro de 2022, portanto, há um ano e quatro meses, que nós aprovámos aqui em Reunião de Câmara os últimos apoios ao abrigo do Programa de Incentivo ao Empreendedorismo Jovem e à Criação do Próprio Emprego. Na altura, aprovámos o apoio a duas candidaturas num total de 9.500 euros e, infelizmente, desde essa altura não tivemos oportunidade e o prazer de em Reunião de Câmara votar favoravelmente apoios a mais candidaturas. Senhor Presidente, três questões sobre isto: Se não têm havido candidaturas? Se, não tem havido pedidos de informação, por parte de potenciais interessados? E se, durante o ano de 2023, de facto não tivemos candidaturas ou se tivemos e não foram aprovadas por alguma razão? A verdade é que, este Programa foi um compromisso assumido com grande pompa e circunstância na altura. Depois, teve um parto difícil, o Regulamento andou muitos meses desaparecido ou esquecido nas gavetas. E, depois, quando finalmente entra em vigor não tem tido grande expressão, infelizmente. Nós já falámos noutras ocasiões da possível falta de divulgação. Já falámos da possibilidade ou da necessidade de, se calhar, termos que repensar o Regulamento. A verdade é que esta é uma questão que deve merecer aqui a nossa atenção. No início, tínhamos a pandemia, mas a pandemia já lá vai e não me parece que neste momento haja aqui grandes motivos que possam pôr em causa a vontade das pessoas de terem novos projetos e de aparecerem novas ideias de negócio. Nós temos aqui um apoio, ou melhor: temos um instrumento de apoio que, na prática, não está a funcionar. E, portanto, além das questões que fiz, gostava que Senhor Presidente, se tiver esses dados, me pudesse responder para percebermos o ponto de situação. Voltar a referir: acho que é importante repensarmos o que é que pode estar a correr menos bem para o facto deste apoio não estar a ser utilizado e não estar a chegar às pessoas. =====*

*===== Intervenção da Senhora Vereadora **Joana Ferreira** (gravação 01:01:10): Senhor Presidente, no último Conselho Local de Ação Social foi apresentado um projeto, de seu nome “Vivaz”, portanto, “Azeméis Maior”. Pelo que eu percebi: é um projeto que vai estar em todas as instituições e vai estar na área da saúde mental, é um projeto que vai durar 21 meses e que tem um valor de 125 mil euros. Nós gostávamos só de perceber, como é que irá ser o projeto implementado, uma vez que dá uma média de 6 mil euros mensais, de que forma é que ele irá então chegar aos nossos munícipes? =====*

*===== Intervenção do **Senhor Presidente** para dar resposta às intervenções anteriores (gravação 01:02:00): Eu quando referi que essa visão, que é uma visão que se concentra nas coisas*

negativas; - não disse com isso que os palmacenses não têm razões para apontar coisas negativas. Agora, as afirmações: “que não há um único transporte; que não há investimento, que as pessoas se sentem abandonadas” - foram as informações que aqui foram proferidas, essas não correspondem à verdade e foi apenas e só isso que eu queria dizer. Não vou particularizar absolutamente nenhum investimento. Nós não fugimos de nenhuma polémica, muito pelo contrário. A Capela Mortuária, nós assumimos a capela mortuária, como assumimos a nossa participação em todos investimentos. Agora, há uma coisa que nós nunca vamos fazer, é criticar os investimentos que são decididos pelas Juntas de Freguesia. Nós estamos aqui para os apoiar. As Juntas de Freguesia, melhor do que ninguém, têm a obrigação de identificar bem os investimentos que são importantes para dinamizar os seus territórios. E a nossa obrigação, é apoiá-los, não é questioná-los, não é criticá-los, é estar ao lado das nossas Juntas de Freguesia nas respostas que estão a ser implementadas. Seguramente que as nossas Juntas de Freguesia têm o mesmo problema que a Câmara Municipal tem. Nem todos os investimentos correm bem, nem todos os investimentos que são pensados produzem os efeitos desejados. Mas, a isso, chama-se vida. É evidente que, quando nós estamos a falar de recursos públicos, temos de estar particularmente atentos à forma como nós investimos o dinheiro do erário público, o dinheiro dos contribuintes. E, portanto, essa avaliação, é uma avaliação que se faz. Agora, tenho a certeza absoluta, não há nenhuma Junta de Freguesia, no nosso concelho, que faça um investimento na perspetiva ou pensando que esse investimento vai correr mal. Aquilo que anima as pessoas, aquilo que motiva as poucas pessoas para os investimentos, é porque sentem necessidade de uma resposta e acham que a resposta, sendo assegurada, vai ser utilizada e vai produzir os efeitos desejados. Aquilo que nós temos que fazer é continuar a apoiar as Juntas de Freguesia naquilo que são os investimentos, que naturalmente querem para o seu território, sendo eles, obviamente, financeiramente comportáveis e possíveis de apoiar. Em relação ao JI de Nogueira do Cravo: Pouco a dizer sobre isto. O diagnóstico é muito fácil. Temos dois JI na freguesia de Nogueira do Cravo que têm em comum uma coisa: ambos funcionam em condições muito más. Em estabelecimentos profundamente degradados, com problemas semelhantes a estes que a Joana Ferreira identificou aqui para os nossos seniores. Ou seja, problemas de humidade, problemas de bolor, problemas de mofo, instalações elétricas que não funcionam, espaços exteriores, espaços de recreio exíguos, crianças sem as respostas que precisam para aprender, mas sobretudo para crescerem e serem felizes. A Câmara Municipal aquilo que entendeu foi requalificar um dos equipamentos. O equipamento que é a escola que está localizada no Largo da Feira dos 27, que tem uma turma com 25 alunos. O Jardim de Infância, perto da Casa das Coletividades, tem 18 crianças. Aquilo que se fez foi: para permitir requalificar este Jardim de Infância, transferir as crianças de um Jardim de Infância para outro, criando, e estão a ser criadas, no Jardim de Infância do Largo da Feira dos 27 uma escola que comporta 4 turmas, as condições que nós achamos que as escolas devem ter. A escola, está a ser profundamente requalificada, quer no espaço interior, quer no espaço exterior, tem uma envolvente fantástica que também pode ser potenciada pelas crianças do equipamento, tem um refeitório muito bom, vai ter um equipamento desportivo muito

interessante, portanto, estão a ser criadas um conjunto de condições. Quando fui interpelado por uma mãe, julgo que numa reunião em Santiago de Riba-Ul: Dei a informação que tinha, como é evidente. Conforme eu disse, eu não fujo de polémicas, não fujo de problemas, não oculto as coisas, não tenho essa necessidade, acho que não é assim que devemos estar nestas coisas. Aquilo que eu disse, foi aquilo que estava perspetivado. Entretanto, o que é que aconteceu? Há uma manifestação da Santa Casa de Misericórdia de São João da Madeira em utilizar aquele equipamento, tem possibilidades de se candidatar a verbas do PRR para proceder à sua requalificação, um investimento substancial, que permitirá criar uma resposta que não existe neste momento na freguesia de Nogueira do Cravo e essa resposta e uma creche. A Junta de Freguesia, confrontou-nos com essa possibilidade. E, portanto, informou-nos de que estava perspetivada uma Assembleia de Freguesia Extraordinária para se discutir essa questão. E, portanto, é isso que deve acontecer. A questão deve ser discutida. Embora, se quiser a minha opinião, e se quiser a minha resposta para dar aos pais, não partilho dessa visão, mais uma vez, trágica de que é o JI que municia a Escola Maria Godinho. Aliás, a creche pode ser absolutamente determinante para nós termos JI e para termos a Escola Maria Godinho. Isso é que eu acho que interessa. Agora, para mim, a resposta que eu tenho a dar aos pais, é uma resposta muito simples, dou aos pais de Nogueira do Cravo, como dou aos pais de todas as freguesias do nosso concelho: A minha preocupação, a nossa preocupação é única e exclusivamente as crianças. É proporcionar às crianças as melhores condições, para que as crianças tenham reunidas no espaço escolar condições para a aprendizagem, para se divertirem, para serem felizes, para se relacionarem. E, portanto, aquilo que nós estamos a fazer, é dotar a Escola do Largo da Feira dos 27 de todas as condições para poder albergar as crianças do JI perto da Casa das Coletividades naquele espaço e ainda ficarão duas salas disponíveis, se houver necessidades de crescimento. E, portanto, objetivamente, estamos a falar de quê? Não estamos a falar da perda nenhuma de resposta. Não estamos a falar de nada que seja particularmente grave. Será grave, se nós quisemos transformar esta questão numa questão grave. O que é um facto, é que, nós aquilo que vamos ter na Freguesia de Nogueira do Cravo, se se concretizar aquilo que é vontade da Santa Casa Misericórdia de São João da Madeira e, julgo que também, de certa forma, da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo é termos mais uma resposta que não existe na freguesia e que passará a estar disponível num espaço de qualidade, que será devidamente requalificado, sendo mantido e assegurado, e reforçada inclusive a resposta ao nível do JI, criando todas as condições numa escola que terá toda a capacidade para receber estas crianças. Não há aqui nenhuma perda de resposta. Não há aqui nenhum serviço que se perca. Nem se coloca em risco a Escola Maria Godinho, que está a ser trazida para aqui e não se percebe muito bem porquê. Porque, objetivamente, aquilo que nós estamos a fazer é a assegurar a resposta de JI. Estamos a assegurar mais uma resposta, que é uma resposta de creche, que é absolutamente fundamental para um conjunto de pais que hoje não têm essa resposta na Freguesia, mas que é também fundamental, se calhar, até para os próprios pais do JI que, a dada altura, poderão ser de novo pais e poderão ter esta resposta de creche que não é assegurada na Freguesia onde vivem e onde eventualmente trabalham.

Não vou aqui discutir as questões de quem são os equipamentos. Não vou entrar nesse tipo de questão. Porque, obviamente, as Juntas de Freguesia, estão legitimadas para tomar decisões, estão legitimadas pelo voto e pelo apoio das populações aos seus projetos para tomarem as decisões, que sirvam os interesses da Freguesia. E julgo que é isto que a União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo está a fazer. Está a tomar decisões que servem, na sua opinião, os interesses da Freguesia. Não tenho dúvida rigorosamente nenhuma que é esse o espírito que preside a essa decisão. A minha resposta aos pais de Nogueira do Cravo, é esta: Nós vamos disponibilizar um JI no Largo da Feira dos 27, com todas as condições, com condições que não são sequer comparáveis às condições atuais em nenhum dos equipamentos. Vamos reunir naquele equipamento condições muito boas, do melhor que se pode oferecer num equipamento daquela natureza às crianças. Preocupações com o espaço interior de qualidade. Preocupações com o espaço exterior de qualidade. As crianças de Nogueira do Cravo, isso é que me preocupa, continuarão a ter assegurada esta importante resposta e a Freguesia passará, se estas coisas se concretizarem, a ter também uma resposta, ao nível de creche, que não tem. Dar também nota que, são poucas as freguesias no nosso concelho que têm dois JI, são mesmo muito poucas. Mas, o que eu posso dizer, em relação Nogueira do Cravo, é que são mesmo muito poucas as que tem dois JI em tão más condições. Aquilo que nós desejamos é que essas más condições, caracterizam a resposta que nós damos às nossas crianças, seja uma coisa do passado e possamos ter instalações em todas as faixas etárias, em todos os ciclos de ensino, instalações dignas para as nossas crianças. Em relação ao IC2: Nós ainda não tivemos a reunião com as Infraestruturas Portugal. Essa reunião está formalmente pedida para tratar de vários assuntos. São muitos assuntos que nós temos para tratar. A Senhora Vereadora já referiu aqui, um ou outro. Realmente as questões de acesso a algumas das unidades industriais no nosso concelho preocupam-nos: as questões relacionadas com a sinalética, as questões relacionadas com o estado dos pavimentos, as questões relacionadas com a elevada sinistralidade que temos em algumas das estradas nacionais que atravessam o nosso território, as questões relacionadas também com a sinistralidade no IC2 no nosso território. Há um conjunto vasto de questões que nós queremos agendar nessa reunião que não se prendem exclusivamente, com o troço do IC2, mas que tem a ver com um conjunto de questões para as quais queremos a vinda das Infraestruturas de Portugal de Aveiro ao nosso território. Há uma questão também muito importante para nós: que é a questão da Variante de Carregosa que, nós nunca esqueceremos, continuaremos a trabalhar e a lutar por essa variante e a sensibilizar as Infraestruturas Portugal para a importância da sua realização. Só faltava agora ser a Câmara a justificar a posição das Infraestrutura de Portugal. As Infraestruturas de Portugal têm que justificar a sua atuação, a sua forma de relacionamento com as outras instituições, com os seus parceiros, com os seus Municípios. Aquilo que nós fizemos foi convocar uma reunião. E até ao momento não tivemos ainda resposta a esse pedido. Como não temos uma resposta negativa em relação à Rotunda no Pinheiro da Bemposta. O que nós temos tido, cumulativamente, é a um conjunto de respostas negativas. Aliás, ao último estudo que nos foi solicitado, nós ainda não temos uma resposta formal das Infraestruturas das Portugal a recusá-

lo. Agora, se se mantiver, o mesmo tipo de postura, o mesmo tipo de intransigência.... Se uma argumentação que nós consideramos que é suficientemente sólida, que é mais do que válida - e nem sequer estamos a socorrer-nos daquilo que nos parece ser o mais básico que é: respeitar a vontade da população, respeitar a vontade das autarquias locais, que melhor que ninguém, melhor que as Infraestruturas de Portugal, conhecem o território e conhecem as dinâmicas do território. Bem, nós quando estamos a falar de questões de natureza técnica e quando nós rebatemos ponto a ponto essas questões de natureza técnica, parece-nos muito difícil que as Infraestruturas Portugal, a não ser por razões que nós ainda não tínhamos entendido, continuem a manter esta posição de intransigência recusando que seja construído num local, Largo do Cavaco, numa zona que nós sabemos que é uma zona complexa por onde atravessada por muito trânsito diariamente, um investimento que é integralmente pago pelo investidor privado que está a fazer no local uma, uma superfície comercial. As razões mais importantes que são apontadas são: a hierarquia do IC2 - portanto, quando se faz uma rotunda as vias confluem por essa rotunda têm a mesma hierarquia que o IC2, é verdade, isto é incontornável. A questão é que, conforme eu tive oportunidade de dizer: é a própria Infraestrutura de Portugal que desmente o seu próprio argumento quando permite que as rotundas sejam construídas em vários concelhos por esse IC2 fora. Portanto, é um argumento que, facilmente, na primeira oportunidade, rebatemos. A partir daí continuam a manter o argumento, mas sem olhar para a fundamentação que nós apresentamos. E depois, aquilo que é dito, e é esta é que é a questão talvez mais complexa, é que a solução de semaforização existente é suficiente. Ou seja, a construção da rotunda não traz ganhos significativos em termos de agilização da fluidez do tráfego. O microestudo que foi feito revela uma coisa tão simples quanto isto: os tempos são sensivelmente metade. Portanto, quando nós temos uma rotunda as coisas acontecem muito mais rapidamente do que quando temos os semáforos, ou seja, o tempo de espera das pessoas, o tempo de espera das viaturas é reduzido para metade. Julgo que é mais do que suficiente. Aqueles doze segundos que é o tempo médio de espera com a solução rotunda; 22 segundos é o tempo médio de espera com a solução semaforização. Esta diferença de dez segundos que existe entre uma solução e outra, se não é suficiente para as Infraestruturas Portugal, para os muitos milhares de pessoas que diariamente param ali naquele sítio, em resultado dos semáforos; Então, não temos realmente argumentos válidos para apresentar. Aquilo que nós esperamos é que: Feito mais um estudo, tendo sido mais uma vez respondida às Infraestruturas Portugal, um novo microestudo, para aquela zona com um conjunto de dados que nos foram solicitados, nomeadamente a pressão que ocorrerá pela superfície comercial construída no local; Foi induzida a questão do novo Centro de Saúde que aparecerá no local; Foi, inclusive, escarpelizada a possibilidade de no futuro, face à inexistência de crianças suficientes para constituir turmas em algumas escolas básicas, nós podemos transferir essas crianças para a escola José Pereira Tavares, etc. A própria IPSS, que já existe no local; Argumentando com a dinâmica do local. Mesmo assim, as Infraestruturas de Portugal não têm dado resposta favorável. Estamos a aguardar, há mais de um mês, a última resposta das Infraestruturas Portugal, ao último estudo que nos pediram, que lhes foi enviado oportunamente. E aquilo que

nós esperamos, é que a resposta desta vez seja positiva porque foi utilizado um argumento, que é um argumento que não foi utilizado nunca com a Câmara Municipal, que é: a fazer-se uma fazem-se as duas. Pois, faz-se quando houver possibilidade de fazer. O que é um facto é que, resolvendo uma está metade do problema resolvido e a seu tempo resolveremos o outro. Sendo certo que esta rotunda é muito mais importante do que é a outra. Não interessa hierarquizar as importâncias. Nesta rotunda existe muito mais centralidade na freguesia, existe muito mais dinâmica na freguesia. E faria sentido que esta rotunda fosse imediatamente feita. Julgamos que foi uma fuga para a frente, dizer: “a fazer-se, que se façam as duas”. Então, acabaram de dar cabo dos argumentos que recusavam, a ser verdade, porque essas são declarações feitas à Lusa. Portanto, como eu disse, não são declarações feitas à Câmara Municipal. A Câmara Municipal desconhece essa posição das Infraestruturas Portugal. Mas, o que é um facto é que, essa posição, se realmente corresponde à verdade, é a própria Infraestruturas de Portugal que acaba por reconhecer a possibilidade de construção das duas rotundas em vez de uma, e acaba também por reconhecer a importância das rotundas para a fluidez do tráfego nestas zonas. As razões que, historicamente foram invocadas, foram razões de natureza financeira. Sabem os autarcas locais. Sabe a população. Sempre que, ao longo dos anos, os sucessivos executivos camarários, os executivos de junta de freguesia foram reclamando a construção desta rotunda, as razões invocadas não foram estas. Foram questões de natureza financeira. Eram investimentos avultados e as Infraestruturas de Portugal não tinham recursos financeiros para os concretizar. Agora a questão, havendo, digamos, parte dos recursos para fazermos pelo menos a implementação de uma solução, as Infraestruturas de Portugal vêm com questões de natureza técnica. Que eu acho que não se colocam. E, sobretudo, não se colocam, quando qualquer um de nós conhece bem o IC2 e conhece muitas rotundas ao longo do IC2 que não têm sequer a mesma importância do que esta que estamos aqui a falar. Eu espero que, tenhamos uma resposta, antes da obra estar concluída. Porque a licença de construção foi condicionada a esta questão. Nós não podíamos, obviamente, “cortar as pernas” ao privado. Aquilo que nós fizemos foi: Sim senhor, os Senhores podem construir, mas a licença está condicionada à execução da rotunda se a decisão das Infraestruturas Portugal for favorável, se não for os senhores terão a licença de utilização a ser emitida pela Câmara Municipal, porque não pode ser de outra forma. Lamentar, esta postura. Portanto, vamos continuar a lutar com a Junta de Freguesia para que as Infraestruturas de Portugal, obviamente, reconheçam a importância da construção desta rotunda. O passo que foi acordado com a Senhora Presidente de Junta de Freguesia, era falar diretamente com a tutela. Como sabem, neste momento seria pouco eficaz essa conversa com a tutela. Esta é a nossa opinião. Mas também seria um pouco estranho, embora seja possível, conversar com a tutela sem termos uma resposta definitiva das infraestruturas Portugal em relação ao último microestudo que foi feito. Nós gostaríamos que as Infraestruturas de Portugal, sim ou não, nos dessem uma resposta para nós podermos dar o passo seguinte. Porque, obviamente, poderíamos estar a dar o passo e vir as Infraestruturas Portugal dizer que, sim, eram favoráveis à construção da rotunda, tornando desnecessário o passo que nós estávamos a pretender dar. Estamos a pressionar. Continuamos a pressionar as

Infraestruturas Portugal para, pelo menos, fazer uma coisa, que eu acho que é básica, que é que a dar resposta àquilo que nos pedem. Nós satisfizemos a solicitação. Estamos à espera que as Infraestruturas Portugal deem resposta. =====

*===== Intervenção da Senhora Vereadora **Carla Rodrigues** (gravação 01:21:00): Senhor Presidente, acha normal uma Autarquia que pede uma reunião às Infraestruturas de Portugal estar 9 meses à espera dessa reunião - acha que isto é forma de tratar uma Autarquia? E depois, gostaria que nos esclarecesse, porque não percebi bem esta última referência que fez ao investimento que se está a fazer, à licença ter sido condicionada à criação da rotunda. Mas se efetivamente a rotunda não se realizar, como estamos a ver que não há para já a autorização, o que é que vai acontecer àquele equipamento que está a ser construído? E essa licença? Não percebi, queria só um esclarecimento. =====*

*===== Intervenção do **Senhor Presidente** para dar resposta às intervenções anteriores (gravação 01:21:40): Não vou justificar a posição da IP, como não justifico a posição de nenhuma empresa pública, nem da tutela, é o que é. Cada um é responsável pelas suas ações, pelo seu comportamento perante os parceiros com quem lida. Aquilo que nós lamentamos é que as Infraestruturas de Portugal tenham esta dificuldade de comunicação e relacionamento, que sabemos que não é exclusivo do Município de Oliveira de Azeméis, é infelizmente uma realidade que se estende aos outros Municípios. Aquilo que nós fizemos em relação a este investimento, desta superfície comercial, que é importante para a Freguesia, que é apoiado pela Junta de Freguesia; isto tem mais de um ano que nós andamos nestas coisas; é evidente que não se pode protelar o início da construção por mais tempo, aquilo que nós fizemos foi: emitimos uma licença de construção condicionada à execução da rotunda. Ou seja, o investidor está a construir neste momento a superfície comercial e é obrigado a fazer a rotunda. Mas é obrigado a fazer a rotunda, se a rotunda for possível de executar. Portanto, se quem tutela a estrada não permitir a sua construção, a Câmara Municipal compromete-se no final da obra a passar a licença de utilização para que a superfície comercial possa ser inaugurada e possa começar a funcionar. Nós, não podemos prejudicar o privado por questões para as quais, naturalmente, ele não contribui nem é responsável. O privado disponibilizou-se para custear a execução da rotunda, portanto, paga a rotunda, a partir daí, obviamente, não pode ser penalizado por ausência de resposta, seja da Câmara Municipal, seja da tutela, seja das Infraestruturas Portugal. Nessa perspetiva, o que vai acontecer é chegado ao fim da obra, ela estando em condições de ser inaugurada, estando em condições de receber a licença de utilização, a Câmara Municipal emitirá essa licença de utilização para que a superfície comercial possa abrir. Portanto, a rotunda ficará por fazer e perderemos, na minha opinião, uma importante oportunidade de ter ali aquela infraestrutura rodoviária a melhorar o trânsito e a criar condições de segurança. Porque é isso que nós achamos que a rotunda permite: é criar mais segurança naquele local. Curiosamente, no dia em que nós nos deslocámos ao local os semáforos estavam avariados. O que, pelos vistos, ocorre com muita frequência. Portanto,*

cria ali constrangimentos e perigo numa zona com tanta intensidade de trânsito. Em relação aos incentivos ao empreendedorismo jovem e criação do próprio emprego: Eu vou enviar os dados. É evidente que a pandemia já lá foi, mas os efeitos da pandemia mantêm-se na economia, como é óbvio. Mas a questão não é essa. A questão, para mim, fulcral é que a resposta existe. A resposta existe e está disponível para os investidores, para quem reunir condições, as condições que estão previstas nos regulamentos, para poderem ser apoiadas. Para nós, o que é importante é a criação dessa resposta. A conjuntura, convenhamos, não é nada favorável ao investimento. Percebemos isso facilmente. Com taxas de inflação brutais, com aumentos substanciais das taxas de juro, eu não conheço grande dinamismo na economia em termos de investimentos privados. Estou-lhe a dizer que, a atividade nos privados começa a sentir-se. Aliás, começa a sentir-se até nas dificuldades que os próprios empreiteiros já estão a ter com as obras dos privados e muitos deles estão a direccionar-se para obras públicas precisamente porque já sentem o arrefecimento nos privados e arrefecimento nas economias, sobretudo nas grandes economias europeias é uma realidade. A economia alemã está a passar pelo que está a passar. A economia francesa está a passar pelo que está a passar. Isso são dados estatísticos subjetivos. E, portanto, as coisas não funcionem contraciclo, muito pelo contrário, funcionam de forma alinhada infelizmente. A nós, o que nos importa é que a resposta está criada. É evidente que nós poderemos equacionar a questão da alteração do Regulamento. Mas alteramos o Regulamento se acharmos que é o regulamento que inibe a procura. Nós, neste momento, não temos esse sentimento nem temos esses dados. Portanto, nós não achamos que é o Regulamento que inviabiliza os apoios. O que nós achamos, é que não há muita procura para os apoios. Por isso é que nós estamos a publicitar, estamos a dinamizá-los, estamos a tentar sempre. Repare, nós temos muitos contactos que nos são feitos. E sempre que esses contactos nos são feitos nós evidenciamos a existência desses regulamentos e desses apoios que existem, as duas linhas de apoio que nós temos com 250 mil euros cada para apoiar o investimento. Eu vou fazer-lhe chegar esses dados. É evidente que, se as questões se prenderem exclusivamente com a falta de divulgação. Então, problema é fácil de resolver. É apostar mais na divulgação. Eu julgo que o problema não é objetivamente esse. Julgo que o problema tem mesmo a ver com algum arrefecimento por parte dos investimentos. Aliás, vê-se na atividade comercial, vê-se na atividade industrial, vê-se até, infelizmente, na falência de algumas empresas, vê-se, infelizmente, no aumento da taxa de desemprego, mas, oxalá eu esteja enganado. Oxalá o problema não seja esse e seja mesmo a questão do Regulamento. Porque aí, nós, Senhor Vereador, vamos alterá-lo se tivermos a garantia de que é esse o problema, vamos alterá-lo sem qualquer problema. Isto é realmente um compromisso que nós assumimos. O Regulamento demorou algum tempo a ser obtido, mas também já existe há alguns anos. Se o Regulamento precisar de ser revisitado e com isso nós conseguirmos uma dinâmica completamente diferente, pois, vamos a isso. Estou disponível para receber os vossos contributos e as vossas sugestões para o melhorar, para melhorar a resposta. Só dizer o seguinte: O dinheiro está lá. E nós gostaríamos que ele fosse consumido, porque o consumo desses recursos financeiros significa uma coisa muito simples: significa investimento no território, geração de

riqueza, criação de empregos e, por essa via, também pagamento de impostos que são fundamentais para o erário público. Estou disponível para as vossas sugestões, para os vossos contributos, para tornar este instrumento um instrumento mais eficaz. =====

*===== O Senhor Vereador **José Campos**, colocou a seguinte questão (gravação 01:28:10): Acho que já percebemos. Senhor Presidente, sobre esta questão, muito concretamente: já foi aberta a primeira fase de candidaturas para 2024? Não vi nada publicitado na página oficial da Câmara Municipal, nos anos anteriores costumava estar. =====*

===== O Senhor Presidente continuou a sua intervenção (gravação 01:28:30): Não sei dizer. Mas vou-lhe fazer chegar essa informação. Sabe que existe um conjunto de instrumentos, o cheque dentista, por exemplo, que existe a nível nacional e tem muito pouca procura. Portanto, existem vários instrumentos que muitas vezes são criados e não têm essa procura. Mais uma vez, eu reforço: se, objetivamente, tiverem algum contributo a dar, se for necessário visitar o Regulamento e com essa alteração nós termos um aumento substancial da procura; Estamos completamente disponíveis para isso, porque o que nós queremos que estes investimentos aconteçam. Foi para isso que os regulamentos foram criados, não foi para outra coisa. Estamos completamente disponíveis, quer para incrementar a divulgação, quer para alterar o Regulamento tornando-o, digamos, mais alinhado com a vontade dos potenciais ou dos eventuais investidores. Deixar aqui essa coisa muito clara. Em relação à intervenção da Joana Ferreira sobre o “Vivaz”, o tal programa de 125 mil euros para ser implementado. A Inês Lamego vai falar sobre isso, é uma candidatura PAOITI, ela vai explicar exatamente o que é que se pretende com este programa e com outros que têm também este tipo de dimensão de apoio às comunidades desfavorecidas. =====

*===== Intervenção da Senhora Vereadora **Inês Lamego** (gravação 01:29:50): Efetivamente, como bem disse o Senhor Presidente, este é um projeto financiado, é uma ação incluída no projeto “Azeméis Maior”. Tem efetivamente esse valor, esse prazo de execução, até porque as candidaturas têm também prazo de fecho e a concretização tem uma data-limite. Este projeto em concreto, de saúde mental, é um projeto que visa, numa primeira fase, fazer um diagnóstico da realidade, que é uma coisa que nós não temos acesso, não temos connosco, focado, para já, só na parte institucional. Depois desse diagnóstico, o que se pretende é: capacitar de algum modo quem trabalha com essas pessoas. Sei que é um método de diagnóstico que é validado pela Universidade de Coimbra, aplicado por profissionais. A equipa tem, psicólogos, gestores, médicos, farmacêuticos, creio que fisioterapeutas, tem pessoas da área saber, e, tem também a parceria da Universidade de Coimbra que, na parte científica, valida aquilo que é a aplicação desses métodos de diagnóstico. Numa segunda fase - então, feito esse levantamento daquilo que temos nas nossas IPSS ou o grau de pessoas com esse tipo de doença instalada já, o que vai ser proporcionado é alguma capacitação dessas pessoas através também da criação daquilo que eu chamo um “kit de intervenção não farmacológica”, que, de algum modo,*

pretende recuperar um bocado da ideia do centro de estimulação, (que avançou, mas que teve um período de duração curto e todos sabemos alguns dos motivos porquê), mas que pretendemos levar um bocado dessa ideia do centro de estimulação, ou seja, apetrechar cada instituição com conhecimento sobre - primeiro - o que é que tem dentro das suas portas. Como é que pode atuar para minimizar o impacto ou evoluir dessa situação de doença? E, também, apetrechá-los com esse tal “kit não farmacológico” de intervenção e customizado, portanto, feito à medida daquilo que for diagnosticada. É isso que está pedido. Temos também um designer nessa equipa, era também uma das condições. Essa é uma parte, é uma das ações que está candidatada e que foi financiada. Temos uma outra ação: um projeto, que vai ser executado pela Santa Casa da Misericórdia, foram eles os escolhidos como sendo os beneficiários finais, designada de “Mais e Melhores Anos”. E, esse sim, pretende atuar numa fase preventiva da doença, ou seja, ir ao encontro de pessoas que não estando institucionalizadas, mas que estejam já ao cuidado de alguém, numa fase prévia à instalação ou ao diagnóstico da demência também trabalhar com esses cuidadores formais ou informais técnicas que possam melhorar a longevidade e qualidade de vida dessas pessoas que estão a ser cuidadas. Portanto, a intervenção no âmbito do PAOITI será nestas duas dimensões destes dois projetos. Os valores são, basicamente, semelhantes. Um pouco inferior o da Santa Casa, mas são basicamente semelhantes. Sendo que da Santa Casa ainda não recebemos informação de aprovação, foi candidato numa fase posterior. =====

*===== Intervenção do **Senhor Presidente** para dar resposta às intervenções anteriores (gravação 01:33:30): Senhor Vereador, estive a consultar e já estão publicados os dois Regulamentos de apoios para o ano 2024, no site da Câmara. Estão publicados os dois, para as duas linhas, para o ano de 2024. Em relação ao PAOITI dar só uma informação, porque as pessoas que nos acompanham a partir de suas casas não fazem ideia do que é que nós estamos a falar: Estamos a falar de um Plano de Ação ou Operações Territoriais Integradas direcionadas para as comunidades desfavorecidas. Estamos a falar de um projeto da Área Metropolitana do Porto que envolve recursos financeiros de 125 milhões de euros. O Município de Oliveira de Azeméis, conjuntamente com Santa Maria da Feira, São João da Madeira, Vale de Cambra e Arouca fazem parte de uma unidade a Sul da AMP. E estamos a falar de cerca de, 25 milhões de euros, 26 milhões de euros para estes Municípios. No Município de Oliveira de Azeméis, concretamente, estamos a falar de cerca de 5 milhões de euros direcionados para investimento de natureza material e de natureza imaterial como este projeto que aqui estamos a falar. Os projetos são da responsabilidade dos Municípios, excetuando estes projetos transversais que existem e que são apoiados pelo conjunto dos Municípios ou projetos até da própria Área Metropolitana do Porto, e resultam do diagnóstico que os Municípios fizeram, do diagnóstico de intervenção, junto das comunidades nas áreas onde acharam que fazia mais sentido fazer esses investimentos. Tem uma coordenação técnica, onde estão reunidas as pessoas das diferentes divisões da ação social das diferentes autarquias, a responsável por essa coordenação é a chefe de divisão da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira. Estes*

projetos estão a ser submetidos a avisos, a candidaturas. E estão alguns deles ainda na fase de contratação. Alguns deles também, depende, na fase de execução já. Mas aquilo que nós pretendemos, é que, até 2026, todos estes projetos estejam no terreno concluídos. É esse o objetivo que nós estamos a procurar atingir. E fazemos no seio do Conselho Diretivo da Área Metropolitana do Porto e também entre os próprios responsáveis, os Vereadores das Autarquias, pontos de situação em relação aos níveis de execução. Estamos a falar de programas extremamente ambiciosos. No país só aconteceram nas duas Áreas Metropolitanas, no Porto e Lisboa, também é aí que estão mais concentradas as pessoas. Estamos a falar de dois programas tremendamente ambiciosos que depois colocam uma outra questão, que é: o que vem a seguir? Que é a importância de muitos deles terem continuidade para o futuro e terem assegurado financiamento para que seja possível mantê-los. É evidente que, se eles não tiverem o impacto desejado, devem ser abandonados ou reformulados. Mas alguns, seguramente, vão ter um impacto fortíssimo. E isso significa que vai ser necessário depois encontrar formas de os financiar porque, conforme se pode ver, exigem recursos financeiros substanciais. Vai ser um desafio para as Câmaras no futuro. Mas é um desafio que vale a pena abraçar, porque estamos a falar de respostas sociais, de preocupações que afetam o território metropolitano e, portanto, são respostas que permitem alavancar socialmente o território. E é isso que nós pretendemos. Mas uma preocupação que já está a ser debatida no seio do Conselho Diretivo da Área Metropolitana do Porto, é: o que fazer a seguir já? Porque 2026 está já aí e depois aquilo que nós gostaríamos era que esgotado o financiamento para as operações as operações não morressem ou pelo menos aquelas que faz sentido manter, como é evidente. Portanto, há essa preocupação também. E cada um dos Orçamentos Municipais tem que procurar acautelar algumas destas respostas. Era isto que eu tinha para vos dizer. ==

===== **ORDEM DO DIA** =====

===== A Câmara Municipal apreciou e tomou conhecimento dos seguintes documentos:
- Modificação Orçamental n.º 05/2024; - I/12712/2024 - Relação dos alvarás de licenças e autorizações de utilização emitidas pelo Núcleo de Competências de Apoio Técnico Administrativo da Equipa Multidisciplinar de Planeamento, Gestão Urbanística e Ambiente, no período de 09/02/2024 a 22/02/2024. =====

===== **ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO** =====

===== **APROVAÇÃO DE ATAS** *(gravação 01:37:45)*: O Senhor Presidente colocou à votação a **ata n.º 57** (I/11595/2024), a qual foi aprovada por unanimidade. não tendo participado na análise e votação deste ponto os Senhores Vereadores que não estiveram presentes na reunião a que ela respeita, por força do n.º 3, art.º 34º do Código do Procedimento Administrativo. =====

===== **CULTURA, DESPORTO E TEMPOS-LIVRES** =====

===== **REGULAMENTO DO CONCURSO DE POESIA AGOSTINHO GOMES (I/12540/2024) - APROVAÇÃO** *(gravação 01:38:00)*: Pelo Senhor Vereador Rui Luzes Cabral, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que a Câmara Municipal através dos serviços de Biblioteca Municipal Ferreira de Castro, irá, no próximo dia 21 de março, promover a XXV Edição do Concurso de Poesia Agostinho Gomes; - Tendo em conta que em reunião do Executivo de 16/02/2023, foram aprovados, de acordo com o regulamento, os novos valores dos prémios, por ordem de mérito, a atribuir no ano de 2023; - No sentido de clarificação do mesmo e tendo em conta os considerandos anteriores; Remete-se em anexo o Regulamento do Concurso de Poesia Agostinho Gomes, para conhecimento e posterior publicação no site do Município e Boletim Municipal.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada, em conformidade com a informação técnica prestada pelos serviços. =====

===== **NORMAS DE PARTICIPAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA NOITE BRANCA (I/12755/2024) - APROVAÇÃO** *(gravação 01:39:05)*: Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “ - Que a Noite Branca é um evento com grande impacto ao nível da atração de visitantes, sendo um importante veículo de promoção e dinamização da economia local; - O interesse público municipal na realização da Noite Branca, na qualidade de evento urbano que promove e eleva a cultura jovem e dá a conhecer novos talentos; - As atribuições dos Municípios na prossecução de uma política globalizante de promoção do desenvolvimento local, sociocultural e de tempos livres; - Que tem sido critério do Município promover, em colaboração com outras entidades, ações de animação e dinamização da cidade, promovendo assim a revitalização das zonas históricas e de lazer; - Que as entidades parceiras procuram continuar a celebrar as manifestações culturais do Município e que o seu dinamismo continua a ser um fator determinante para o sucesso de muitos eventos no Município de Oliveira de Azeméis; - As atribuições dos Municípios em matéria de Cultura, Tempos livres e Promoção do desenvolvimento (alínea e), f) e m) do n.º 2 do art.º 23º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro); - Que compete à Câmara Municipal apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, ou outra de interesse para o município (alínea u), do n.º 1 do art.º 33º do citado Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro); - Que a realização de projetos de carácter cultural, recreativo ou de lazer para além de cultivarem o espírito de grupo, a inserção na sociedade e ocupação de tempos livres, traduzem-se em benefícios para as populações e para a economia local; - Que importa assegurar a criação de condições mais estáveis e adequadas ao desenvolvimento de atividades culturais e, conseqüentemente, de valorização e estímulo de iniciativas e projetos a cargo de entidades que já demonstraram capacidade de execução na prossecução desses objetivos; Submete-se a reunião de Câmara Municipal as Normas de Participação e Funcionamento da Noite Branca, que irá decorrer no centro urbano de Oliveira de Azeméis, no dia 14 de setembro de 2024.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada, em conformidade com a informação técnica prestada pelos serviços. =

===== **FINANÇAS E CONTABILIDADE** =====

===== **ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO NOGUEIRENSE DE CULTURA E DESPORTO “A NOZ” - “VI FESTIVAL DE TEATRO - FEST3ACTUS” (I/11848/2024) - APROVAÇÃO** *(gravação 01:41:15)*: Pelo Senhor Vereador Rui Luzes Cabral, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que a Associação “A NOZ”, levou a cabo o “VI Festival de Teatro – Fest3actus” durante o mês de janeiro de 2024 e que o festival envolveu quatro grupos de teatro; - Que o desenvolvimento de atividades destinadas à população traduz-se positivamente na formação pessoal, social e recreativa dos mesmos, criando espírito de grupo e vivência mais saudável; - Que importa assegurar a criação de condições mais adequadas ao desenvolvimento de atividades culturais e conseqüentemente, de valorização e estímulo a iniciativas, projetos e atividades a cargo de entidades que já demonstraram capacidade de execução na prossecução desses objetivos; - Que o Festival envolveu a população da União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo, bem como das freguesias limítrofes, sendo muito importante dar a conhecer à comunidade o trabalho desenvolvido pela a Associação A NOZ, na vertente cultural e teatral; - As atribuições do Município em matéria de cultura, tempos livres e promoção do desenvolvimento, de acordo com a alínea e), f) e m) do n.º 2 do artigo 23º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; Proponho: - A atribuição de um apoio financeiro à Associação a Noz, até ao montante de 400€ (quatrocentos euros), para os identificados fins, ao abrigo da alínea o), do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e posteriores alterações; - Que o pagamento do valor mencionado seja disponibilizado durante o mês de março do corrente ano, após entrega do relatório e documentos justificativos da despesa realizada, sendo os encargos resultantes da presente deliberação satisfeitos nas correspondentes classificações orgânica e económica, com compromisso de fundo disponível n.º 512 de 2024 conforme determina a Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, e posteriores alterações.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada, em conformidade com a informação técnica prestada pelos serviços. =====

===== **APROVAÇÃO DE MINUTA DE ADENDA DE CONTRATO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO/LONGO PRAZO - OPERAÇÃO DE FINANCIAMENTO PARA APLICAÇÃO EM PROJETOS DE INVESTIMENTO - LINHA BEI PT 2020 - POSEUR-03-2012-FC-001483 - “FECHO DE SISTEMAS DE SANEAMENTO NAS FREGUESIAS DE OSSELA, MACINHATA DA SEIXA, CUCUJÃES E CESAR - OLIVEIRA DE AZEMÉIS” (I/12030/2024) - APROVAÇÃO** *(gravação 01:41:35)*: Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A Contratação de empréstimo de médio/longo prazo - Operação de financiamento para aplicação em projetos de investimento - Linha BEI PT 2020 - Fecho de Sistemas de Saneamento nas Freguesias de Ossela, Macinhata da Seixa, Cucujães e César - Oliveira de Azeméis - I/65863/2022, aprovada em Reunião de Câmara Municipal de 27 de outubro de 2022 e em

Assembleia Municipal de 07 de dezembro de 2022, o qual celebrado a 02/03/2023; - Que o montante de financiamento contratualizado para a Fecho de Sistemas de Saneamento nas Freguesias de Ossela, Macinhata da Seixa, Cucujães e César - Oliveira de Azeméis foi de até 1.158.078,37€, , calculado de acordo com as condições estipuladas no despacho n.º 6200/2018, de 26 de junho e no despacho n.º 6323-A/2018, de 28 de junho, tendo por base os dados naquela data da candidatura operação PT2020 POSEUR-03-2012-FC001483 “Fecho de Sistemas de Saneamento nas Freguesias de Ossela, Macinhata da Seixa, Cucujães e César - Oliveira de Azeméis”; - Que conforme e-mail da AD&C, datado de 15/02/2024 (em anexo), no seguimento da reprogramação da operação PT2020 POSEUR-03-2012-FC-001483 “Fecho de Sistemas de Saneamento nas Freguesias de Ossela, Macinhata da Seixa, Cucujães e César - Oliveira de Azeméis” associada ao empréstimo supra referido, as condições do financiamento reembolsável foram alteradas de acordo com o parecer da Autoridade de Gestão do Programa Operacional da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, implicando um ajustamento no valor do empréstimo, 1.158.078,37€ para 1.118.779,02€, valores já confirmados pelo Núcleo Competências da Gestão de Candidaturas e Fundos Comunitários desta Câmara Municipal; - Nos termos do disposto na Cláusula 16ª do contrato de financiamento celebrado, qualquer alteração ao presente contrato deverá revestir a forma de documento escrito assinado pelos Outorgantes; - A minuta e respetivos anexos enviados pela Agencia de Coesão e Desenvolvimento, I.P., no dia 15 de fevereiro de 2024, em anexo; Face ao exposto e normas retrocitadas, proponho: - A aprovação da minuta e respetivos anexos (em anexo), da 1ª Adenda ao contrato de financiamento reembolsável à operação PT2020 POSEUR-03-2012-FC-001483 “Fecho de Sistemas de Saneamento nas Freguesias de Ossela, Macinhata da Seixa, Cucujães e César - Oliveira de Azeméis”, celebrado em 02/03/2023, implicando um ajustamento no valor do empréstimo, 1.158.078,37€ para 1.118.779,02€. Remeta-se posteriormente a adenda supramencionada ao Tribunal de Contas para os devidos efeitos.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada, em conformidade com a informação técnica prestada pelos serviços. =====

===== **MINUTA DE PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO E APOIO FINANCEIRO A CELEBRAR COM A CASA MUSEU REGIONAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS (I/12756/2024) - APROVAÇÃO** (gravação 01:42:45):

Pelo Senhor Vereador Hélder Simões, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As atribuições dos Municípios em matéria de Cultura, Tempos livres e Promoção do desenvolvimento (alínea e), f) e m) do n.º2 do art.º 23º do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro); - Que compete à Câmara Municipal no âmbito do apoio a entidades e organismos legalmente existentes, a atividades de interesse municipal, apoiar ou participar, pelos meios adequados, as atividades de natureza social, cultural, desportiva recreativa ou outra (art.º 33.º n.º 1, alínea o) e u) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro); - O direito à Educação e à Cultura, cabendo ao Estado promover a democratização das mesmas contribuindo para a igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, o progresso social e para a participação

democrática na vida coletiva (art.º 73.º n.º 1 e 2 da CRP); - Que a Casa-Museu Regional de Oliveira de Azeméis, tem como missão, estudar, documentar, conservar, inventariar e divulgar as coleções que constituem o seu acervo, assim assume um papel dinâmico na recolha e aquisição de objetos e outros materiais históricos, contribuindo para a preservação e conservação desse mesmo espólio garantindo a sua continuidade no futuro; - Que a Casa-Museu Regional de Oliveira de Azeméis, promove o fortalecimento das relações entre a instituição museológica e os diferentes elementos da comunidade local, estimulando simultaneamente a captação de novos públicos e uma intervenção ativa na vida cultural, científica e educacional do Concelho e da região; - Que a Casa-Museu Regional de Oliveira de Azeméis solicitou apoio financeiro para o Plano de atividades a desenvolver no ano de 2024 (E/5559/2024), em anexo; - Que as atividades da Casa-Museu Regional de Oliveira de Azeméis assumem-se como de relevante interesse municipal, porquanto tem vindo a contribuir de forma permanente e significativa para assegurar a divulgação da cultura e do património, quer através das exposições permanentes, quer através das exposições temporárias, nas suas várias dimensões à população; - Que a realização de projetos de carácter cultural, para além de cultivarem o espírito de grupo, a inserção na sociedade e ocupação de tempos livres, traduzem-se em benefícios para as populações, incluindo camadas mais jovens, e para a economia local; - Que importa assegurar a criação de condições mais estáveis e adequadas ao desenvolvimento de atividades culturais e, conseqüentemente, de valorização e estímulo de iniciativas e projetos a cargo de entidades que já demonstraram capacidade de execução na prossecução desses objetivos; - Que a atribuição de apoios financeiros está sujeita aos procedimentos previstos no Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo e é precedida de avisos de abertura de candidatura, a estabelecer por despacho do Presidente da Câmara ou do Vereador/a da área com competência delegada na matéria e a publicar em edital e no sítio da Internet do Município, (cf. estatuído no n.º 1, do art.º 6º); - Que conforme despacho do Sr. Vereador Hélder Simões de 22 de fevereiro de 2024 "(...) Que se encontra pendente de análise e aprovação para posterior publicação, os termos do aviso previsto no Regulamento; Submeta-se a RCM a renovação apoio (...)" ; - Que se trata de contratação excluída, ao abrigo do artigo 5.º números 1 e 4 (alínea c) e do artigo 5.º B número 1 do referido do Código da Contratação Pública, aprovado pelo DL n.º18/2008 de 29 de janeiro alterado e republicado DL n.º111-B/2017 de 31 de Agosto; - A designação do trabalhador Dr. João Tiago Tavares como Gestor do presente Protocolo (art.º 290.ºA do CCP). Ao abrigo da alínea o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual; Proponho: - Nos termos e com os fundamentos expostos, a aprovação do Protocolo de Cooperação e Apoio Financeiro com - A Casa Museu Regional de Oliveira de Azeméis. Os encargos resultantes do Protocolo estão suportados em termos orçamentais, com o compromisso de fundo disponível n.º 518/2024, conforme determina a Lei n.º 8/2012, de 21.02 e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21.06 e respetivas alterações." Após análise e votação na forma legal, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada, em conformidade com a informação técnica prestada pelos serviços.

O Senhor Vereador Rui Luzes Cabral, não participou na análise e votação deste ponto, por se considerar impedido. =====

===== **MINUTA DE PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO E APOIO FINANCEIRO A CELEBRAR COM A ASSOCIAÇÃO DO PARQUE TEMÁTICO MOLINOLÓGICO - ATIVIDADES E PROJETOS E OBRAS 2024 (I/12681/2024) - APROVAÇÃO** (gravação 01:43:10).

Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta:

“Considerando: - Que constituem atribuições das Autarquias Locais a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios do património, cultura, tempos livres, ambiente e promoção do desenvolvimento (art.º 2º, alínea e), f) k) e m) n.º 2 do art.º 23º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 .09); - O direito à educação e à cultura, cabendo ao Estado promover a democratização das mesmas contribuindo para a igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, o progresso social e para a participação democrática na vida coletiva (art.º 73.º n.º 1 e 2 da CRP); - Que o Parque Temático Monológico, que abrange as localidades de Ul, Travanca e Loureiro, é um ex-libris não só local mas também regional e nacional, sendo um “museu vivo”, constituído por onze moinhos de água, divididos por quatro núcleos museológicos, onde se pode contemplar a bucólica paisagem junto ao rio Ul, visitar as recuperadas estruturas de moagem de cereais, observar a confeção do pão de Ul, do canoco e regueifas típicas daquele lugar, e deliciar-se com estas iguarias, atividades económicas estas, determinantes para o sustento da população, desde o século XVIII até hoje; - Que importa assegurar a criação de condições mais estáveis e adequadas ao desenvolvimento de atividades de interesse municipal que salvaguardem e perpetuem a história e património cultural desde município e, conseqüentemente, de valorização e estímulo de iniciativas e projetos a cargo de entidades que já demonstraram capacidade na sua execução; - Que a Associação do Parque Temático Molinológico - APTM solicitou apoio para os projetos e obras a desenvolver em 2024 - E/3934/2024, em anexo; - Que a atribuição de apoios financeiros está sujeita aos procedimentos previstos no Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo e é precedida de avisos de abertura de candidatura, a estabelecer por despacho do Presidente da Câmara ou do Vereador/a da área com competência delegada na matéria e a publicar em edital e no sítio da Internet do Município, (cf. estatuído no nº 1, do art.º 6º); - Que conforme despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal de 07 de fevereiro de 2024 ”...Sendo importante a atividade desempenhada pelo APTM para a preservação desta memória coletiva da comunidade Oliveirense e do núcleo museológico existente no local, bem como de todo o património ambiental que integra o PTM, vamos dispensar o aviso de candidatura e proceder à atribuição do apoio solicitado”; - Que se trata de contratação excluída, ao abrigo do artigo 5.º, números 1 e 4 (alínea c) e do artigo 5.º B, número 1 do Código da Contratação Pública (DL n.º18/2008 de 29.01, na redação atual), tendo em conta o objeto do Protocolo; - A designação da trabalhadora Sandra Santos, gestora do presente Protocolo (art.º 290.ºA do CCP); Ao abrigo das alíneas o), u) e ff) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º75/2013,

de 12 de setembro e posteriores alterações; Proponho: - Nos termos e com os fundamentos expostos, a aprovação do Protocolo de Cooperação e Apoio Financeiro a celebrar com a Associação do Parque Temático Molinológico - desenvolvimento das atividades, projetos e obras a prosseguir pela APTM, no ano de 2024., (em anexo). Os encargos resultantes do Protocolo estão suportados em termos orçamentais, com o compromisso de fundo disponível n.º 519/2024, conforme determina a Lei n.º 8/2012, de 21.02 e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21.06 e respetivas alterações.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada, em conformidade com a informação técnica prestada pelos serviços. =====

= **NÚCLEO DE COMPETÊNCIAS DE AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA** =

===== **PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS RELATIVAS À EMISSÃO DE ALVARÁ DE LICENÇAS ESPECIAIS DE RUÍDO (I/9554/2024) - APROVAÇÃO/ RATIFICAÇÃO** (gravação 01:43:35): Pelo Senhor Vereador Rogério Ribeiro, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: Associações Culturais e Juntas/Unões de Freguesia promoveram ou vão promover atividades ruidosas temporárias, tendo sido solicitado a isenção do pagamento das taxas de emissão de alvarás de licença especiais de ruído; As referidas entidades e as atividades ruidosas temporárias enquadram-se no escopo, regime e critérios de isenção total, previstos e fixados pela Assembleia Municipal no âmbito da aprovação do Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais do Município de Oliveira de Azeméis, nos termos e abrigo das alíneas a) e b), do n.º 3, do artigo 6.º, do referido regulamento; Os valores das taxas a isentar para a emissão dos alvarás solicitados são os constantes nas tabelas 1 e 2; Ao isentarem-se as referidas taxas o Município de Oliveira de Azeméis estará a apoiar, promover e a incentivar a prática de festividades tradicionais e culturais, justificando-se assim o interesse público municipal e até como forma de incentivo ao desenvolvimento de atividades culturais, desportivas, religiosas, entre outras nos termos e para os efeitos do art.º 23.º n.º 2 alíneas e) e m) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações; Nos termos do n.º 9, do Art.º 16,º da Lei n.º 73/2013, na sua redação atual, o reconhecimento do direito à isenção é da competência da Câmara Municipal, no estrito cumprimento dos pressupostos fixados na deliberação da Assembleia Municipal, no caso via critérios estabelecidos no regulamento citado; Nos termos das alíneas o) e u) do n.º 1, do Artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com posteriores alterações, compete à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio à realização de eventos com interesse para o município e apoiar atividades de natureza social, cultural, educacional, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município; Assim, no uso das competências da Câmara Municipal, e com base nos fundamentos e verificadas as condições mencionadas, reconheço o direito e proponho a isenção do pagamento das taxas identificadas na tabela 1, apresentada em documento anexo à presente proposta de deliberação. Ainda, nos termos do n.º 3, do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com posteriores alterações e dadas as

circunstâncias excepcionais e por motivo de urgência não ter sido possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, e no uso excepcional das competências atribuídas ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, e com base nos fundamentos e verificadas as condições mencionadas, foi reconhecido o direito à isenção do pagamento das taxas para as festividades e eventos referidos na tabela 2, também apresentada no documento anexo à presente proposta, devendo este ato ser submetido a ratificação na reunião de Câmara Municipal. Mais se efetue a devida publicação, nos termos e para os efeitos do n.º 1, do Art.º 79º da Lei nº 73/2013.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada, em conformidade com a informação técnica prestada pelos serviços. =====

===== **DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E ABASTECIMENTO PÚBLICO** =====

===== **APROVAÇÃO DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO E CUMULATIVAMENTE A PROPOSTA DA DELIBERAÇÃO PARA ENVIO À REUNIÃO DE ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, DE ACORDO COM O ARTIGO 90, Nº 1, DO RJGT, DELIBERE O ENVIO PARA A ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA EFEITOS DE APROVAÇÃO (I/13184/2024)** (gravação 01:43:55): Pela Senhora Vereadora Ana Filipa Oliveira, foi apresentada a seguinte proposta: “Em cumprimento do disposto no no.º1 do art. 76.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (doravante designado RJGT), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, em reunião pública de 30 de março de 2023 a Câmara Municipal aprovou o início do procedimento de 3.ª alteração da 1-ª revisão do Plano Diretor Municipal de Oliveira de Azeméis para redefinição do uso do solo do prédio urbano com a área total de 3854 m2, classificado como “Espaço de uso Especial Cidade - Parque de Estacionamento Central . EP 08” e a redefinição do uso do solo do Edifício Rainha, classificado como “Espaço de Uso Especial Cidade. instalações de Serviços Municipais - EP06”, que foi objeto de publicação no Diário da República, através do Aviso n.º 10303/2023, 2.ª série, n.º 101, de 25 de maio de 2023. Na mesma reunião pública a Câmara Municipal aprovou o início do procedimento de alteração de alteração do Plano Diretor Municipal para redefinição do uso do solo na área correspondente a 1929.26 m2 relativo ao artigo matricial urbano 6978 da União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madail e conhecido como o terreno do Parque de Estacionamento da Câmara Municipal e Casa Bento Carqueja, classificado como “Espaço de uso Especial Cidade - requalificação” do Aviso n.º 10304/2023. 2.ª série, n.º 101, de 25 de maio de 2023. Face às dificuldades inerentes às plataformas eletrónicas, INCM e PCGT que, por motivos não imputáveis à Câmara Municipal de OAZ, retardaram a execução do procedimento, proponho: 1. aproveitar todos os atos e formalidades praticados no âmbito do procedimento de processo de alteração do Plano Diretor Municipal considerando os procedimentos encetados com o aviso n.º 10303/2023 e aviso n.º 10304/2023, considerando igualmente toda a documentação já produzida; 2. Prorrogar o prazo de 150 (cento e cinquenta) dias para a conclusão do procedimento; 3. Publicar a deliberação através de Aviso em Diário da República; 4. Divulgar

a deliberação nos locais de estilo.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado, por maioria, com três abstenções dos Senhores/as Vereadores/as do PSD, cinco votos a favor dos Senhores/as Vereadores/as do PS e o voto a favor do Senhor Presidente, aprovar a proposta apresentada. =====

===== **PATRIMÓNIO MUNICIPAL** =====

===== **MINUTA DE ADENDA AO CONTRATO DE SUBCONCESSÃO DE USO PRIVATIVO DO EDIFÍCIO DE PASSAGEIROS DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE CUCUJÃES, NA LINHA DO VOUGA, A CELEBRAR COM A IP PATRIMÓNIO-ADM. E GESTÃO IMOBILIÁRIA (I/13067/2024) - APROVAÇÃO** (gravação 01:45:00): Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - A 14 de maio de 2021, foi celebrado entre o Município de Oliveira de Azeméis e a IP Património - Administração e Gestão Imobiliária, S.A. o Contrato de Subconcessão n.º 52/2021, relativo ao uso privativo do Edifício de Passageiros (ID 6255) da Estação Ferroviária de Couto de Cucujães e terreno envolvente, entre os Kms 28,500 e 28,707 do LD da Linha do Vouga, para a instalação de um Albergue Municipal de Peregrinos; - As partes acordam que durante o período entre 14 de maio e 31 de dezembro de 2021, devido à realização pelo MUNICÍPIO de todas as obras de requalificação do edifício e arranjo das zonas envolventes, que inibem os trabalhos de conservação, manutenção limpeza e desmatção dos bens objeto do presente Contrato, não será devida contrapartida à IP PATRIMÓNIO; - Por motivos relacionados com a gestão da infraestrutura ferroviária, torna-se necessário retirar do objeto do presente Contrato as áreas que correspondem às plataformas da Estação Ferroviária de Couto de Cucujães; - O MUNICÍPIO manifestou interesse em recuperar e reforçar a memória ferroviária do local, solicitando para isso a cedência de mais bens móveis do património histórico ferroviário; - As partes acordam na alteração do n.º 1 das Cláusulas Primeira (Objeto) e Terceira (Contrapartida devida pelo MUNICÍPIO) e na substituição dos Anexos I e II do referido Contrato. Proponho: - Nos termos e com os fundamentos expostos, a aprovação da minuta da Adenda ao Contrato de Subconcessão de uso privativo do Edifício de Passageiros (ID 6255) da Estação Ferroviária de Couto de Cucujães e terreno envolvente, entre os Kms 28,500 e 28,707 do LD da Linha do Vouga, ao contrato celebrado em 14 de maio de 2021 entre a IP Património - Administração e Gestão Imobiliária, S.A nos termos da minuta anexa. Os encargos resultantes do contrato estão suportados em termos orçamentais, com o compromisso de fundo disponível n.º 761/2021, conforme determina a Lei n.º 8/2012, de 21.02 e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21.06 e respetivas alterações. Se submeta à Assembleia Municipal para autorização, ao abrigo do n.º 1, alínea p), do artigo 25º e alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12.09, na redação atual.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado, por unanimidade, aprovar e submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta apresentada. =====

===== **COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES** ========== **PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS DEVIDAS PELA UTILIZAÇÃO DOS TRANSPORTES MUNICIPAIS (I/12415/2024) - APROVAÇÃO** (gravação

01:46:00): Pelo Senhor Vereador Hélder Simões, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A deliberação da Assembleia Municipal, na sua Sessão Ordinária de 28 de Abril de 2017; - Que os transportes constantes da listagem anexa integram os fundamentos que determinam as isenções atribuídas na sua deliberação e estão dentro do número limite global de transportes a conceder; - Nos termos do art. 11º do Regulamento Municipal de Cedência de Viaturas Municipais podem ser isentos de pagamento de taxas de utilização os pedidos de cedência e/ou utilização para apoio a eventos de importância promocional, de representação e de divulgação do município; - De acordo com a deliberação supra identificada os transportes das entidades constantes na listagem em anexo, configuram interesse público Municipal para efeitos de isenção; - O pedido de isenção das coletividades relativamente aos transportes realizados/a realizar; Propõe-se que: - Seja avaliado o interesse público Municipal das atividades realizadas pelas entidades desportivas e recreativas constantes da listagem, nomeadamente pelo papel que desempenham na promoção, representação e divulgação do município; - A Câmara Municipal reconheça a isenção das taxas devidas; - Após assumido o transporte, o município possa recorrer ao aluguer para realização do mesmo, por indisponibilidade dos motoristas ou avaria das viaturas municipais.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada, em conformidade com a informação técnica prestada pelos serviços. =====

===== **EMPREITADAS** ========== **EMPREITADA: “REABILITAÇÃO DA EBS DE FAJÕES - BLOCO C - FAJÕES” PROCESSO Nº 030/2017/DEC - PEDIDO DE SUSPENSÃO DA EMPREITADA (I/11672/2024) - APROVAÇÃO** (gravação 01:46:35): Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal,

foi apresentada a seguinte proposta: “Propõe-se a aprovação do pedido de suspensão da Empreitada “Reabilitação da EBS de Fajões - Bloco C - Fajões” Processo nº 030/2017/DEC, conforme documento anexo.” A Senhora Vereadora **Carla Rodrigues** interveio da seguinte forma (gravação 01:47:30): Senhor Presidente, o problema maior deste ponto, não é ele vir aqui à reunião de câmara passado 7 meses do Senhor Presidente o ter aprovado e vir para ratificação. Essa justificação do técnico estar doente, a Câmara Municipal, é óbvio, não pomos isso em causa, não sei que é o técnico, mas a Câmara Municipal tem que ter mecanismos para suprir essas falhas. As pessoas adoecem. É normal. E, uma pessoa que fica doente, não pode o trabalho dessa pessoa ficar indefinidamente à espera, até porque essa pessoa pode nem voltar, portanto, tem que haver aqui uma equipa a trabalhar em articulação e que dê continuidade ao trabalho que cada pessoa tem em suas mãos. Portanto, isto demonstra que, de facto, não há articulação e os serviços não estão a funcionar da melhor maneira. E não será seguramente

responsabilidade dos funcionários da autarquia. Mas o problema maior deste ponto não é esse Senhor Presidente. O problema maior é que o Senhor Presidente tem que nos dar aqui algumas explicações. Porque este pedido de suspensão da obra - e nós compreendemos - o empreiteiro obviamente que não podia concluir a obra, não ia ter lá os seus profissionais e os seus equipamentos na obra à espera daquilo que não sabia quando é que teria, que era: as condições para se fazer a receção provisória da obra. E, portanto, compreende-se a posição do empreiteiro. Agora, o que não se compreende é o que estejamos há 9 meses à espera da resolução deste problema. Isso é que não se compreende. A obra está concluída. A escola está a funcionar e tem ligações precárias de energia, de água, de gás, portanto, está a funcionar com uma puxada com os riscos inerentes a isso. Não são condições para uma escola funcionar. E estamos há 9 meses nesta situação. Mas, e eu tenho que referir aqui que, no dia 6 de julho de 2023, ou seja, já depois de o empreiteiro ter pedido a suspensão da empreitada, já depois do Senhor Presidente ter aprovado essa suspensão, veio a reunião de câmara um pedido de prorrogação do prazo. Isto não bate certo. E não bate certo porque, esse pedido tinha sido anterior, portanto, quando veio este pedido de prorrogação de prazo, nesta data, não devia vir o pedido de prorrogação de prazo, devia de vir o pedido de suspensão da obra. Mas também não bate certo com aquilo que o Senhor Presidente nos disse nessa reunião. Nós perguntámos: como é que o ano letivo se iniciar? Portanto, recorde - estávamos no dia 6 de julho: Como é que o ano letivo de se iniciar? Como é que estava toda esta situação? E o Senhor Presidente respondeu e passo a citar: "Temos feito insistências, não estamos preocupados em relação ao arranque do ano letivo, porque antes disso estará ligada a energia e a água em definitivo." É falso, não esteve. O arranque do ano letivo foi em setembro seguinte e, portanto, não estava ligada a energia e a água. O que estava era uma ligação, uma puxada, como se costuma dizer, uma ligação precária de energia e de água. "Nós pedimos atempadamente as ligações" - diz o Senhor Presidente. É o que o Senhor Presidente diz, nós entendemos que não. A Câmara Municipal devia ter previsto isto até porque a questão da água, por exemplo, está concessionada à Indáqua e, portanto, havia mais do que condições para isto ser preparado atempadamente. E respondeu ainda - Eu juro que nas próximas semanas será feita a ligação definitiva da energia e da água no equipamento. Este pedido de prorrogação perspectiva isso. O empreiteiro perspectiva estes 40 dias de prorrogação, achando, com base nas informações que tem, que esses 40 dias, 45 dias, a ligação estará feita. Ou seja, o Senhor Presidente disse-nos tudo isto, em reunião de câmara, no dia 6 de julho, quando já sabia que a empreitada estava suspensa, já tinha informação, porque já tinha aceite, já tinha despachado a suspensão da empreitada, a suspensão da obra. E, portanto, isto não bate certo. Porque é que o Senhor Presidente nos prestou estas declarações, em reunião de câmara? Porque é que não nos disse, quando discutimos este ponto e quando nós perguntamos, porque é que a obra estava suspensa e os motivos da suspensão da obra? E vem agora, passados 7 meses, com este pedido, justificando com a doença do funcionário. Quando a doença do funcionário é irrelevante para a gravidade daquilo que nós estamos aqui a verificar. E, portanto, gostaríamos de explicações do Senhor Presidente sobre isto. O **Senhor Presidente** respondeu que ^(gravação 01:53:00): Senhora

Vereador, não sei porque é que diz que a doença do funcionar é irrelevante para aquilo que estamos a falar. Por acaso, não é. Está enganada. Deixe-me que lhe diga o seguinte: todas as informações que vos são fornecidas, em relação aos processos, sejam eles quais forem, são informações que nos são veiculadas por serviços, não somos nós que as inventamos nem somos nós que as definimos. Não somos nós que pedimos prorrogações de prazo. Não somos nós que pedimos pedidos de suspensões de obras. Como sabe, a Câmara Municipal tem, ou fiscais próprios, ou fiscais externos que acompanham estes processos e que submetem à consideração superior, depois de apresentarem uma formação técnica, a proposta de decisão que é assumida pelo Presidente da Câmara ou pelos Vereadores. Portanto, as informações que constam, são as informações que nós podemos fornecer e é com base nelas que as informações são fornecidas. Dizer que os serviços não funcionam da melhor maneira. Bom, todos os dias acontecem coisas em resultado da atividade dos serviços. Temos problemas? Pois, com certeza que sim, quando temos alguém que está a trabalhar num processo que está a liderar uma fiscalização e de um momento para o outro fica doente e fica muitos meses, muitos meses mesmo, ausente do trabalho. Isto significa que, os problemas criam-se, ao nível dos autos, ao nível da aprovação dos autos, ao nível de um novo substituto que é preciso que esteja disponível para poder agarrar o trabalho ou, caso não exista disponibilidade interna, que se desenvolve um procedimento urgente para podermos assegurar a resposta o mais rapidamente possível. Muitas vezes até se aprovam autos aos empreiteiros que depois tem que ser afinados à frente, porque não temos condições para os aprovar no momento, porque não existe essa fiscalização em resultado da ausência por doença do técnico. Temos este tipo de questões. Aqui o que acontece é muito simples: Efetivamente são dadas informações pelos operadores. É evidente que, quando nós dizemos que existem condições, o arranque do ano letivo não estava em causa porque nós podíamos arrancar o ano letivo, aliás, como está a acontecer, a escola está a funcionar, mesmo com energia provisória. Aquilo que nós fazemos é: transmitimos a informação que os operadores nos dão. E, portanto, nós fazemos isso em relação à escola de Fajões, como fazemos isso em relação ao Parque Inclusiva, como fazemos em relação a Albergue de Peregrinos, ou como fazemos em relação a outro espaço qualquer onde estamos há muitos meses à espera que as ligações de energia elétrica sejam feitas. Diz-me assim: não se compreende porque é que estamos há 9 meses para ser ligada energia definitiva? Há empresários que esperam anos pela ligação de energia definitiva. Temos um empreendimento em Oliveira de Azeméis que está há muitos meses à espera que se resolve um problema com um poste que está no meio do terreno, há muitos meses à espera. E, portanto, estas questões são mesmo assim. A pressão é permanente. Temos pessoas, na Câmara Municipal, que são responsáveis pelo relacionamento com os diferentes operadores. Portanto, os diferentes operadores têm obrigação de fazerem a ligação dos seus serviços aos equipamentos, logo que são solicitadas. Isto não é uma questão de se começar a preparar atempadamente. As coisas estão definidas. Há cronogramas da obra. Há prazos para cumprir. Aquilo que acontece é que: estas ligações só podem ser solicitadas quando estão reunidas as condições, quando estão certificadas as instalações, quando estão vistoriadas instalações. É a partir daí que se pode

*pedir as ligações definitivas de gás, de água ou de energia elétrica. Portanto, isto não tem a ver com falta de planeamento. Porque, se nós há 2 anos atrás ou há 3 anos atrás fizéssemos esse planeamento, é evidente que uma obra que apanhou um período de pandemia, uma obra que foi prolongada no tempo, que demorou muito mais tempo do que aquilo que estava previsto, essas ligações saem todas furadas. Não é assim que funciona. Existem regras para estas coisas. Esses pedidos de ligação desses serviços só podem ser feitos depois de estarem reunidas as condições para serem feitos e a partir daí, nós, naturalmente, dependemos várias coisas: dependemos, por exemplo, da própria vistoria e da própria certificação. Pode encontrar um conjunto de questões que precisam de ser esclarecidas. E portanto, tudo isso, obviamente, não é controlável pela Câmara Municipal. Aquilo que nós queremos é que, o mais rapidamente que seja possível, a escola - que sofreu uma profundíssima requalificação, isso é que releva, isso é que é importante. Aliás, já tem um outro problema com o empreiteiro precisa de resolver, fica já essa informação também. - seja rapidamente resolvida. É para isso que estamos a trabalhar. E, portanto, aquilo que nós queremos é que a ligação - isto é uma fase, isto é uma fase menos, digamos, de menos investimento, não é fase mais relevante da obra da Escola Fajões, é a chamada Fase 2. Mas aquilo que nos importa é que esta situação esteja estabilizada, porque nós temos mais para onde ir, temos mais coisas para fazer. Estamos é preocupados com a escola José Pereira Tavares, com a Escola Loureiro e com a Escola de Carregosa. E esta escola finalmente reúne as condições que nós queríamos. Falta resolver efetivamente estes problemas, daí a necessidade de prorrogar prazos para que eles sejam passíveis de ser resolvidos, daí a necessidade de fazer este pedido de suspensão da empreitada que resulta de uma falta de comunicação do técnico. Portanto, é basicamente disse que se trata, não há aqui nenhum problema de maior. O grande problema é mesmo não termos ainda ligada definitivamente a energia elétrica no espaço. Isso é que nos preocupa. Estamos a trabalhar para isso. A Senhora Vereadora **Carla Rodrigues** referiu que (gravação 01:58:35): Senhor Presidente, não respondeu ao essencial da nossa questão, que é: todas as declarações, que eu li, que o Senhor Presidente proferiu na reunião de 6 de julho: Fê-lo, ocultando dos vereadores que a obra estava suspensa e ocultando-nos e proferindo informações que sabia de antemão que isto não se iria concretizar. E, portanto, o Senhor Presidente em 6 de julho já tinha despachado a suspensão da empreitada, já tinha despachado, já tinha aceite a suspensão da empreitada, e vem pedir aos vereadores a prorrogação do prazo quando sabia que a empreitada estava suspensa, e não nos disse, não nos informou e prestou todas estas declarações sabendo que a empreitada estava suspensa e que não ia haver ligação e que não eram nesses 45 dias que se ia resolver o quer que seja: É isso que está aqui em causa. Isso para nós é muito grave. O **Senhor Presidente** respondeu que (gravação 01:59:35): Senhora Vereadora, eu vou dizer assim: olhe, isso não tem gravidade rigorosamente nenhuma; o que é grave era o estado em que aquela escola estava, isso é que é grave. Repare: a permanente necessidade que os senhores têm de lançar um clima de suspeição, em relação a aspetos de natureza administrativa que não encerram em si nenhum tipo de ilegalidade, nem coisa que se pareça. Está a socorrer-se de um conjunto de informações e acaba por dizer uma coisa que é*

*absolutamente extraordinária: O senhor ocultou aos vereadores do PSD. Veja lá a minha preocupação em ocultar este tipo de informação. Eu dou-lhe tanta importância. Isto é de tal maneira importante, senhora vereadora, de tal maneira crítico, é um assunto tão importante, é realmente um dos problemas graves que nós temos para resolver o nosso concelho. Pois bem, o Senhor Presidente da Câmara sente necessidade de ocultar uma prorrogação ou uma suspensão, uma coisa qualquer. Olhe, por mim, o que eu gostaria, sabe o que é que eu gostaria? - Eu posso-lhe enviar detalhadamente todo o processo dos serviços. Posso-lhe posso pedir ao Senhor Diretor de Departamento para lhe enviar todo o detalhe, sobre estas situações. Porque o Senhor Presidente da Câmara, nos milhares de coisas que tem para fazer todos os dias, aquilo que se limita a fazer é a assinar as informações que vêm e a sugestão que é dada nessas informações. Eu gostaria muito, muito mesmo, que estes atos nem sequer tivessem que vir a uma reunião de câmara, são atos que decorrem do normal funcionamento de uma empreitada, para evitar este tipo de confusões. Pura e simplesmente, isto não interessa rigorosamente a ninguém. A nós o que nos interessa é que as obras decorram a bom ritmo e rapidamente estejam sejam disponibilizadas para os seus destinatários. É isso que nos interessa. E porquê? Porque nós temos assuntos muito importantes para discutir, temos pouco tempo para discutir com tempo assuntos que são fundamentais para o desenvolvimento do nosso concelho, que são fundamentais para a vida das pessoas. Um assunto de uma prorrogação do prazo, de uma suspensão de prazo numa empreitada, sinceramente, Senhora Vereadora, se acha que isto que é um assunto muito importante: Eu vou-lhe fazer chegar com todo o detalhe essa informação. São duas empreitadas distintas, que tem fases processuais distintas, tem muitos aspetos que a Senhora desconhece. Eu vou-lhe fazer chegar toda essa informação, sobre a Escola Básica e Secundária de Fajões. E vai perceber a importância que aquilo que está aqui procurar transmitir que não tem efetivamente importância rigorosamente nenhuma. e deixe-me que lhe diga de forma muito clara: O Presidente da Câmara não oculta, não oculta rigorosamente nada, porque não tem nada que ocultar. Veja bem a gravidade desta informação e a importância que isto tem para o andamento das obras, estar a ocultar um pedido de suspensão, um pedido de prorrogação, outra coisa qualquer. Não me parece que isso aproveite para coisa nenhuma. Aquilo que eu quero é que estas coisas decorram sem este tipo de constrangimentos. Não vou aqui responsabilizar o técnico, não tem culpa de estar doente. Não, eu sei qual é o ponto Senhora Vereadora. O ponto é procurar transmitir a ideia que há informações que não são verdadeiros ou que há ocultação de informação. O que eu estou a dizer, de forma muito clara, é que o assunto nem sequer merece essa ocultação de informação. Isto é um assunto que vale zero. Vale zero, rigorosamente. Portanto, eu quero deixar isso de forma muito clara: se me tivessem feito chegar as coisas antes, eu tinha as trazido antes; se mas tivessem feito chegar hoje, eu trazias depois; se isto fosse decidido em tempo oportuno, era decidido em tempo oportuno. O que eu lhe estou a dizer é: isto é um não assunto, não há aqui nada, há apenas e só, enfim, situações de natureza administrativa que são necessárias para que as coisas fiquem perfeitamente definidas e deviam ser tido tomadas no momento certo, obviamente que sim, estão a ser tomadas agora e resolve-se o problema agora. A Senhora Vereadora **Carla***

Rodrigues referiu que *(gravação 02:03:45)*: Não é um não assunto, Senhor Presidente. O Senhor Presidente mostra que desvaloriza então as reuniões de câmara, se acha que não tem importância nenhuma ter prestado declarações erradas numa reunião de câmara aos vereadores, nomeadamente aos da oposição, presumo que os outros tivessem conhecimento, se calhar até não, prestou declarações erradas numa reunião, não só os vereadores como a todos os oliveirenses que nos assistem e acha que isso não tem valor nenhum, vale zero. Pronto, se isso vale zero, é o valor da palavra do Senhor Presidente, é o que o Senhor Presidente acha. Para nós, não vale zero. Aquilo que nós ouvimos e os esclarecimentos que nós pedimos ao Senhor Presidente em reunião de câmara e que o senhor Presidente nos dá, nós tomamos isso como fiéis, até prova em contrário. E o Senhor Presidente, todas as declarações que nos que estou neste dia eram contrárias àquilo que o Senhor Presidente tinha despachado, porque assinou. Se me diz que assinou e não se lembrava que assinou, isso então é outro departamento, é outro nível de gravidade. Agora, as reuniões de câmara, para nós, não são de pouca importância. E aquilo que o Senhor nos diz nas reuniões de câmara, para nós vale muito. E é isso que estamos a falar. E mais, o que nos interessa também é que a obra esteja a funcionar e que a escola esteja a funcionar. Não queremos ser alarmistas, mas, de facto, ela não está a funcionar nas devidas condições de segurança há 7 meses. E isso é muito importante Senhor Presidente. Isto não é uma questão de somenos importância. E é para isso que nós estamos a chamar a atenção. Porque eu nem queria ir por aí para não estarmos a criar alarmismos. Mas, efetivamente, aquilo que o Senhor nos diz na reunião de câmara tem que ser rigoroso, tem que ser rigoroso e não foi. E o órgão Câmara Municipal devia merecer mais respeito. **O Senhor Presidente** respondeu que *(gravação 02:05:35)*: Senhora Vereadora, mais uma vez faz um exercício enviesadas das coisas. Quer transformar, talvez por dificuldade em discutir coisas verdadeiramente importantes para o concelho, quer transformar minudências em aspetos da máxima relevância. Aliás, diz assim: Eu não quero ser alarmista, mas, atenção que a escola está, não sei quantos meses a funcionar sem condições de segurança. Fez uma intervenção que eu respeitei. A única coisa que eu não respeito é quando diz: ocultou informação. A Senhora lançou clima de suspeição absolutamente despropositado, que não faz sentido rigorosamente nenhum. E o que eu lhe disse foi: que esse assunto não tem sequer importância nem relevância para que um presidente câmara entendesse deliberadamente ocultar informação. Aquilo que quero dizer de forma muito clara: não temos problema rigorosamente nenhum em assumir os nossos erros, não temos nenhum problema, nós assumimos quando erramos sem qualquer problema. Porque nós percebemos bem a complexidade das funções e do exercício destas funções. Agora, o que eu quis dizer, e digo, e não estive de forma nenhuma a desvalorizar as reuniões de câmara - O que eu disse foi: que nós temos assuntos muito mais importante e muito mais relevantes, esses sim, muito importantes para a vida das pessoas, e este não tem rigorosamente nenhuma implicação na vida das pessoas, nenhuma, zero. E, portanto, o que eu quero é que as reuniões de câmara sirvam para fazer uma coisa que eu acho que é muito importante nos dias de hoje: Em primeiro lugar - para valorizar a ação dos políticos, para valorizar o papel das oposições e para valorizar as respostas que nós temos obrigação de

*discutir e os problemas que nós temos obrigação de solucionar para as populações. E, portanto, é isso que eu estou a dizer. O que eu estou a dizer é que: a informação que eu dei é a informação que eu tinha. E, portanto, não vejo daqui nenhum problema. Estamos a falar de uma suspensão de uma obra, que é necessária, porque não havia condições para fazer a sua receção provisória porque ainda não estavam feitas as ligações definitivas. Transformar uma questão destas num alarmismo, que as condições de segurança na escola ao nível da rede de gás ao nível da rede de saneamento; Desculpe lá, eu não alinho nesse tipo discurso. Isso sim, é realmente um discurso alarmista, preocupante, de alguém que tenha uma visão sobre estas coisas que é uma visão que tem muito pouca adesão à realidade, muito pouca adesão. E desconhece, porventura, as responsabilidades que os diferentes players têm num processo desta natureza, desde o seu diretor de agrupamento, à Câmara Municipal, aos técnicos que passam termos de responsabilidade, ao empreiteiro, etc. E, portanto, fazer esse tipo de afirmações: são realmente afirmações alarmistas e preocupantes. E, portanto, Senhora Vereadora, um assunto desta natureza que não merece, na minha opinião, é a minha opinião que é tão respeitável como a sua, este ponto da reunião não merece o tempo que nós estamos a investir a discuti-lo. Tenho aqui questões muito importantes para discutir sobre esta freguesia, temos questões muito importantes para discutir sobre este Concelho, temos problemas complexos para resolver que afetam e muito a nossa competitividade, as nossas vidas. E é nesses que eu gostaria que nós concentrássemos a nossa energia. E é para esses para os quais eu peço a vossa atenção e vosso contributo. E digo já uma coisa, Senhora Vereadora, da mesma forma que eu disse há pouco ao senhor vereador que estou disponível para olhar e pedi contributos para o regulamento de apoio empreendedorismo, venham daí os contributos para resolver os problemas do concelho. Agora, se me está a dizer: que isto é um assunto particularmente grave, que isto é um assunto que vale a pena dez minutos, um quarto de hora multiplicado por estas pessoas e por quem nos está a ouvir; - Peço-lhe desculpa - na minha opinião, não. Mas é também a minha opinião e reconheço que a minha opinião, é a minha opinião, não é opinião de outro e é tão válida como qualquer outra. A Senhora Vereadora **Carla Rodrigues** referiu que (gravação 02:10:30): Senhor Presidente, nós votaremos contra e iremos apresentar uma declaração de voto. O **Senhor Presidente** respondeu que (gravação 02:10:35): Senhora Vereadora, com toda a legitimidade. Eu assumo aqui o compromisso de lhe fazer chegar toda a informação sobre o procedimento administrativo desta obra e o que motivou esta questão que aqui foi levantada pela Senhora Vereadora. Após análise e votação na forma legal, foi deliberado, por maioria, com três votos contra do Senhores/as Vereadores/as do PSD, cinco votos a favor dos Senhores/as Vereadores/as do PS e o voto a favor do Senhor Presidente, aprovar a proposta apresentada. Os Senhores Vereadores do PSD apresentaram a seguinte declaração de voto: “Os Vereadores do PSD votaram contra este ponto da ordem de trabalhos por duas razões: - 1.ª - apesar de a epígrafe do ponto não o referir, estamos perante uma ratificação e não uma aprovação. O pedido de suspensão da empreitada foi apresentado pelo empreiteiro no dia 10 de junho de 2023 e no mesmo dia foi aprovado pelo Senhor Presidente. Ora carecendo o Senhor Presidente de poderes para o acto,*

esta aprovação deveria ter sido apresentada a ratificação em reunião de Câmara na reunião seguinte como determina o artigo 35.º n.º 3 da Lei 75/2013 de 12 de setembro: “Em circunstâncias excepcionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”. Ora, este acto veio a reunião de Câmara para ratificação oito meses após a sua aprovação pelo Senhor Presidente, o que configura uma grosseira ilegalidade. 2.ª Os Vereadores do PSD desconheciam em absoluto que a obra estava suspensa porque o Senhor Presidente, não só não levou o seu despacho a ratificação, como ocultou a suspensão da obra dos Vereadores da Câmara Municipal. Pois, no dia 6 de julho de 2023 foi apresentada e aprovada em reunião de Câmara uma proposta de prorrogação do prazo da mesma empreitada por 45 dias. Ora, o Senhor Presidente apresentou um pedido de prorrogação de prazo de uma obra que sabia que já estava suspensa desde o dia 10 de junho, o que configura uma grosseira ilegalidade. Acresce que, tendo sido questionado pelos Vereadores do PSD sobre a situação da obra e sobre as suas implicações no arranque do ano letivo, o Senhor Presidente respondeu o seguinte: “Temos feito insistência. Não estamos preocupados, em relação ao arranque do ano letivo, porque antes disso estará ligada a energia e a água em definitivo. Nós pedimos atempadamente as ligações. Eu julgo que nas próximas semanas será feita a ligação definitiva da energia e da água no equipamento. Este pedido de prorrogação perspectiva isso: o empreiteiro perspectiva estes quarenta e cinco dias de prorrogação achando, com base nas informações que tem, que nesses quarenta e cinco dias a ligação estará feita.” Ora, o Senhor Presidente ao dar esta resposta, não só ocultou deliberadamente o facto da empreitada naquele momento já se encontrar suspensa, como sabia que tudo o que acabava de dizer não correspondia à verdade. Com este comportamento, o Senhor Presidente desrespeitou, mais uma vez, o órgão a que preside, desrespeitou todos os Vereadores que integram este órgão e desrespeitou os oliveirenses. Os vereadores do PSD compreendem as razões do empreiteiro para o pedido de suspensão da obra pelas razões aduzidas no seu requerimento e que se devem a responsabilidade exclusiva do executivo socialista, mas não podem ratificar um acto do Senhor Presidente praticado oito meses antes e nas circunstâncias em que o foi e foram elencadas. Os Vereadores do PSD.” =====

===== **EMPREITADA: “ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO: REABILITAÇÃO DE BLOCOS HABITACIONAIS DO BAIRRO DE LAÇÕES - OLIVEIRA DE AZEMÉIS” - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, COMPROMISSO E CAUÇÃO (I/12690/2024) - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO** (gravação 02:11:20): Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “No âmbito da Empreitada: “Estratégia Local de Habitação: Reabilitação de Blocos Habitacionais do Bairro de Lações - Oliveira de Azeméis” - Processo N.º 012/2023/DEC, nos termos e para os efeitos do disposto no número 3 do artigo 35.º do Anexo I da Lei N.º 75/2013, de 12 de setembro, tendo em conta a apresentação dos documentos de habilitação, da caução e da declaração de compromissos pelo

adjudicatário Pedro & Orlando Silva Construções, Lda., na plataforma eletrotónica acinGov, proponho que seja ratificado o meu despacho datado de 19 de fevereiro de 2024, relativo à aceitação da documentação apresentada e à tramitação a realizar pelos Serviços.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada, em conformidade com a informação técnica prestada pelos serviços. =====

===== **HABITACÃO E URBANIZAÇÃO** =====

===== **ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO, E DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE TAXAS RELACIONADAS COM A ATIVIDADE URBANÍSTICA E OPERAÇÕES CONEXAS - INÍCIO DO PROCEDIMENTO (I/13071/2024) - APROVAÇÃO** (gravação 02:11:45): Pela Senhora Vereadora Ana Filipa Oliveira, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando, 1. A premente necessidade de revisão do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, fruto da profunda e recente alteração legislativa com reflexo nas atribuições e gestão municipais (Decreto-Lei n.º 10/2024, de 8 de janeiro), 2. Como corolário dessa alteração legislativa, que a adaptação a novos procedimentos obrigam a ponderar e reformular as taxas aplicáveis aos mesmos, que implicará a revisão do Regulamento Municipal de Taxas Relacionadas com a Atividade Urbanística e Operações Conexas, 3. Que importa envolver nesta operação, os serviços e a estrutura da autarquia neste processo de revisão regulamentar, reconhecendo o valor insubstituível dos seus contributos chamando-os a participar com fundadas reflexões, quer no início, quer antes da versão final que vier a produzir-se e a propor aos órgãos municipais competentes; 4. Que, nos termos do n.º 1 do Artigo 98.º do Novo Código de Procedimento Administrativo, o início do procedimento é publicitado na Internet no sítio institucional da entidade pública, com a indicação do órgão que decidiu desencadear o procedimento, a data em que o mesmo se iniciou, do seu objeto e da forma como se pode processar a constituição como interessado e a apresentação de contributos para a elaboração do Regulamento; 5. Que, igualmente nos termos do Novo Código do Procedimento Administrativo (cfr. Artigo 100.º, n.º 1), é necessário nomear um responsável pela direção do procedimento, a quem competirá, submeter os projetos de Regulamentos a consulta pública; Tendo em vista a formalização das necessidades indicadas, é intenção deste Município dar início ao procedimento de alteração aos citados Regulamentos, nos termos do Artigo 98.º n.º 1 do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, promovendo-se a consulta a todos os potenciais interessados, para que estes possam apresentar os seus contributos no âmbito deste procedimento, Propõe-se que: 1. Seja dado início ao procedimento de alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, e do Regulamento Municipal de Taxas Relacionadas com a Atividade Urbanística e Operações Conexas, nos termos do Artigo 98.º n.º 1 do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro; 2. Se promova a consulta, por Edital, a todos os interessados, pelo prazo de 10 dias úteis, contados da data da publicitação da Deliberação da

Câmara Municipal, para que estes possam apresentar os seus contributos no âmbito deste procedimento; 3. Os contributos a apresentar pelos interessados sejam remetidos via correio eletrónico, para o seguinte endereço: teresa.melo@cm-oaz.pt, devendo os interessados colocar, como “Assunto”, o seguinte texto: “Apresentação de Sugestões - “Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, e Regulamento Municipal de Taxas Relacionadas com a Atividade Urbanística e Operações Conexas” 4. Seja designada a colaboradora Eng. Teresa Melo como responsável pela direção do procedimento regulamentar, na qual é delegado o poder de direção do procedimento, podendo praticar todos os atos e formalidades que sejam necessários ou convenientes à sua condução, designadamente, promovendo a sua instrução, a audiência dos interessados, a consulta ou solicitação de pareceres a quaisquer entidades ou autoridades e realização da consulta pública nos termos das normas legais aplicáveis.” Após análise e votação na forma legal, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada, em conformidade com a informação técnica prestada pelos serviços. =====

===== **OBRAS PARTICULARES** =====

===== **PEDIDO DE CERTIDÃO DE COMPROPIEDADE: PI/894/2024 - REQUERENTE - IMOBILIÁRIA SANTIAGUENSE, LDA (I/11160/2024) - APROVAÇÃO** (gravação 02:12:30): Pela Senhora Vereadora Ana Filipa Oliveira, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerandos: A requerente veio solicitar ao abrigo do disposto no artigo 54, da Lei 91/95 de 02/09, autorização para constituição do regime de compropriedade sobre o prédio rustico inscrito na matriz pelo artigo 6026 (rústico) da freguesia de Loureiro. Nos termos do n.º 1 do referido artigo, “a celebração de qualquer ato jurídico entre vivos que possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do numero de compartes dos prédios rústicos carece de parecer favorável da Câmara Municipal. No n.º 2 do artigo, refere-se que o parecer só pode ser desfavorável com fundamento em que o ato ou negocio visa ou dela resulta parcelamento físico em violação do regime legal dos loteamentos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana. No caso concreto, não se pretende o parcelamento físico do prédio, pois os adquirentes pretendem adquirir a sua totalidade.” Após análise e votação na forma legal foi deliberado, por unanimidade, deferir o pedido apresentado, em conformidade com a informação técnica prestada pelos serviços. =====

===== **REUNIÃO PÚBLICA - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** =====

===== Aberto o período de intervenção do público, o Senhor Presidente concedeu a palavra à Senhora **Maritza Valente**, residente em Macinhata da Seixa, que fez a seguinte intervenção: Referiu que esteve na reunião de câmara do dia 23 de novembro de 2023 a falar sobre este assunto: “águas pluviais.” Referiu ainda que tinha sido prometido uma intervenção no local e que nada foi feito. Relativamente aos prejuízos causados, referiu que já entregou um

orçamento, no dia 7 de fevereiro de 2024, com um valor de 3.750 euros, mais IVA à taxa em vigor, e não obtive resposta. E questionou: Se o Senhor Presidente já o recebeu? E se tem alguma resposta para dar? Deu nota ainda que: existe uma mina na Rua do Alto do Monte, Macinhata da Seixa, entre os números de porta 280 e 500, 50 metros abaixo do número 450, e que a via está a abater. O **Senhor Presidente** respondeu que: O executivo está empenhado em resolver o problema, os Vereadores foram local, identificaram o problema, identificaram solução, transmitiram aos serviços e que os serviços ainda não tiveram oportunidade para resolver a situação porque as condições climáticas não têm sido favoráveis. Referiu ainda que: os serviços logo que tenham oportunidade vão agendar uma intervenção no local de acordo com aquilo que foi a solução que foi preconizada para o local. Relativamente à questão da mina, na Rua Alto Monte, entre o número 280 e 450, informou que irá solicitar aos serviços para averiguar o que se passa. Relativamente à reclamação, referiu que: já foi recebida, já foi analisada, e que muito brevemente a senhora Maritza irá receber uma resposta. Através de email, enviado pelo Senhor **Daniel Sousa**, foi colocada a seguinte questão: “No ano passado a Câmara estava a efetuar o levantamento do número de casas devolutas - a pergunta é: se este trabalho já foi terminado e que informação pode partilhar? O **Senhor Presidente** respondeu que: se está a fazer internamente o levantamento dos imóveis degradados e dos imóveis devolutos. E solicitou à Senhora Vereadora para, através deste de email, fazer o ponto de situação atual, em relação ao número de casas devolutas, mas também em relação ao número de casas degradadas no nosso concelho. =====

===== Aprovação por minuta: Finalmente, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta, nos termos do nº 3, e para efeitos do disposto no nº 4, do artigo 57º, do Anexo I, à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. =====

===== A presente ata foi distribuída por todos os presentes, procedimento que dispensa a respetiva leitura, conforme determina o nº 4 do D.L. 45.362, de 21 de novembro de 1963. ==

===== E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram 12 horas e 10 minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Joaquim Jorge Ferreira, e por mim, Jaime Manuel da Silva Marques, que na qualidade de secretário a redigi. =====

O Presidente da Câmara Municipal,

O Secretário,